



## Paper da Estratégia do País

Moçambique 2007–2010

# Moçambique

 **Irish Aid**  
Department of Foreign Affairs  
An Roinn Gnóthaí Eachtracha



“ O objectivo geral do Paper da Estratégia do País é de contribuir para a redução da pobreza apoiando o desenvolvimento, a implementação e a monitoria das políticas a favor dos pobres em Moçambique. ”

**Paper da Estratégia do País**  
Moçambique 2007–2010

# Índice

Prefácio	4	
Resumo Executivo	5	
<b>1</b>	<b>Antecedentes</b>	<b>6</b>
1.1	Contexto Político	6
1.2	Contexto Económico	6
1.3	Pobreza e Desigualdade	7
1.4	Contexto Político	9
1.5	Justificação para o Aumento da Ajuda a Moçambique	10
<b>2</b>	<b>O Programa da Ajuda Irlandesa</b>	<b>14</b>
2.1	CSP 2004 - 2006	14
2.2	Aprender da experiência	15
2.3	Principais mudanças no programa proposto para 2007 – 2010:	17
<b>3</b>	<b>O CSP 2007-2010</b>	<b>20</b>
3.1	Objectivo do CSP	20
3.2	Objectivos	20
3.3	Objectivos para as Acções	20
3.4	Estratégia Futura – A abordagem do Pilar	21
	3.4.1 O Pilar da Governação	22
	3.4.2 Reforma do Sector Público (RSP) e Descentralização	22
	3.4.3 Fortalecimento da responsabilidade de acordo com as exigências	22
3.5	O Pilar do Capital Humano	23
	3.5.1 Educação	23
	3.5.2 HIV/SIDA	23
	3.5.3 Saúde	24
	3.5.4 O HIV/SIDA no Sector da Saúde e a Parceria da Fundação Clinton	25
3.6	Pilar do Desenvolvimento Económico	28
	3.6.1 Agricultura	28
	3.6.2 Apoio ao Sector Privado	29
	3.6.3 Desminagem	29
3.7	Programas Provinciais	29
3.8	Apoio ao Orçamento Geral (AOG)	30
	3.8.1 “Troika+” AOG	30
3.9	Programa Proposto pelo Pilar	31
<b>4</b>	<b>CSP de 2007 – 2010: Como trabalhará a Ajuda Irlandesa</b>	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>Monitoria</b>	<b>35</b>
<b>6</b>	<b>Gestão</b>	<b>36</b>
<b>7</b>	<b>Risco</b>	<b>36</b>
<b>8</b>	<b>O Orçamento</b>	<b>37</b>
	Lista de Acrónimos	38

# Prefácio

Moçambique é um dos países mais pobres no mundo. Mais de 20 anos de guerra e discórdia civil pararam o desenvolvimento económico, interrompeu a educação de uma geração, deslocou grande número de pessoas e destruiu a maior parte da infra-estrutura física do país. Apesar dos desafios, nos últimos anos têm havido progressos significativos numa vasta série de objectivos de desenvolvimento.

Desde que a Embaixada da Irlanda abriu em 1996, este é o quarto documento de planificação do programa de desenvolvimento Irlandês nestes onze anos e representa uma evolução significativa na natureza do envolvimento irlandês iniciado com um programa baseado em pequenos projectos, para um programa dez vezes maior, centrado no apoio a estratégia nacional para o desenvolvimento do país.

Tal como descrito nesta estratégia, um progresso significativo foi alcançado na redução da pobreza e na resposta às necessidades do país. Mas, como também salientado, os desafios são enormes e o fundamento lógico para o contínuo envolvimento é evidente e forte.

Sob a perspectiva Irlandesa, esta é conduzida pelas Directrizes de Desenvolvimento traçadas pelo Governo Irlandês em 2006 e, no aumento do financiamento para Moçambique, previsto no envolvimento do governo irlandês para alcançar a meta definida pelas Nações Unidas no auxílio ao desenvolvimento até 2012.

Conduzido por estas Directrizes e centrado no plano Moçambicano para o desenvolvimento, o PARPA II, esta estratégia manterá o foco na redução da pobreza. Evitará a dispersão, focalizando o plano para crescimento equilibrado e procurará demonstrar o custo-benefício. A mesma constitui parte integrante da política de cooperação irlandesa.

Como sublinhado no documento, a concentração está nos sectores e nas áreas que reflectem a vantagem comparativa da Irlanda, baseada na experiência acumulada em Moçambique até hoje, tais como Saúde, Educação, HIV/AIDS e a contínuo envolvimento nas duas províncias, Niassa e Inhambane. Assegura-se que as prioridades intersectoriais estejam bem reflectidas e, apoiando o sector privado, promove-se o crescimento económico.

Ao elaborar esta estratégia, os Governos da Irlanda e de Moçambique estão a edificar a sua reputação como bons parceiros. Esta estratégia procura também reflectir os valores do povo Irlandês, cujos impostos suportam os seus compromissos e cuja opinião no aumento da assistência aos países em desenvolvimento é de que, nós temos que, devemos, e, podemos atacar as questões de desigualdade e deste modo servir os nossos interesses nacionais.

**Frank Sheridan**

Embaixador  
Embaixada da Irlanda  
Maputo.  
Setembro, 2007.

# Resumo Executivo

Moçambique é um dos países mais pobres no mundo. Mais de 20 anos de guerra e discórdia civil pararam o desenvolvimento económico, interrompeu a educação de uma geração, deslocou grande número de pessoas e destruiu a maior parte da infra-estrutura física do país. Apesar dos desafios, nos últimos anos têm havido progressos significativos numa vasta série de objectivos de desenvolvimento.

Este Paper da Estratégia do País (CSP) dá a conhecer o programa de ajuda ao desenvolvimento de Moçambique proposto pela Irish Aid para o período de 2007 – 2010. A Irlanda criou um programa de ajuda bilateral em Moçambique em 1996. É agora um dos maiores programas do país, com um orçamento de 31 milhões de € em 2007. O Paper da Estratégia do País 2004 – 2006, com um orçamento total de 106 milhões de €, baseou-se nas realizações dos programas do país anteriores e foi concebido para apoiar o Governo de Moçambique na implementação e monitoria do seu plano de redução da pobreza, o Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta, conhecido pelo acrónimo “PARPA”. Este continuará a ser a prioridade na estratégia 2007 – 2010.

O objectivo geral do CSP é de contribuir para a redução da pobreza apoiando o desenvolvimento, a implementação e a monitoria das políticas a favor dos pobres em Moçambique.

A estratégia foi redigida com base nas consultas feitas ao Governo moçambicano, aos parceiros da sociedade civil e a outros doadores. Ela tem em consideração a avaliação do Paper da Estratégia do País de 2004 - 2006<sup>1</sup>, assim como outros trabalhos analíticos e análises das componentes individuais do programa.

O CSP concentra-se em sectores e áreas nos quais a Irlanda tem uma vantagem significativa – posicionamento, história e experiência, know-how – tais como, a saúde, a educação, o HIV/SIDA e tem um envolvimento directo contínuo em duas províncias, Niassa e Inhambane. Ele garante que as prioridades entre os sectores estejam bem reflectidas, promove o sector privado e facilita o crescimento económico. O total de apoio do CSP ao longo de 2007 – 2010 será de 207,831 milhões de €.

O primeiro capítulo do CSP apresenta uma análise do ambiente político e económico. A seguir vem um capítulo sobre as lições aprendidas do CSP anterior e uma descrição dos objectivos da estratégia 2007 – 2010 que mostram como a Irish Aid apoiará o próprio Programa de Acção de Redução da Pobreza Absoluta do Governo de Moçambique. O capítulo final oferece os detalhes sobre como a Irish Aid vai gerir a implementação do programa no período de quatro anos.

<sup>1</sup> Evaluation of the Moçambique Country Programme 2001 – 2006, ECORYS Netherlands BV

# 1. Antecedentes

## 1.1 Contexto Político

Moçambique tem feito progressos significativos desde que as Nações Unidas patrocinaram o Acordo Geral de Paz em Roma a 4 de Outubro de 1992 entre o Governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e o seu oponente, a Renamo, Resistência Nacional de Moçambique. O processo de paz desembocou numa democracia que funciona. Fizeram-se reparações importantes dos danos causados por quase duas décadas de luta. A transição para a economia de mercado está a progredir e houve um crescimento económico notável.

Na altura da independência em Junho de 1975, depois de 500 anos de governo colonial português intermitente, Moçambique era um dos países mais pobres e mais subdesenvolvido do mundo. A sua independência e as ligações com Bloco de Leste criou desconfiança e hostilidade dos regimes do apartheid vizinhos da África do Sul e Rodésia. A guerra civil que durou 16 anos custou a vida a cerca de um milhão de pessoas e destruiu muita da já frágil infra-estrutura do país, levando a perder muitos dos ganhos do pós-independência.

Foram realizadas três eleições gerais desde que foi adoptada uma constituição democrática em 1990. A Frelimo é a força política dominante. Nas eleições gerais de Dezembro de 2004 assegurou uma maioria de 62% de votos contra 29% da Renamo.

Em 2004, a seguir às eleições, Armando Guebuza, primeiro Ministro do Interior e um homem de negócios com sucesso, tornou-se o terceiro Presidente sucedendo a Joaquim Chissano.

Nas eleições de 2004 a participação caiu de 88% em 1994 para 40%. Os factores que contribuíram para isso foram o desencanto para com a Frelimo e a sensação que a Renamo pouco oferece como alternativa. Desde então, o Presidente Guebuza tem viajado por todo o país e mobilizado o partido e as suas finanças para se pôr em posição para as eleições provinciais, municipais e gerais nos anos sucessivos de 2007, 2008 e 2009. As eleições provinciais planificadas para fins de 2007 serão o primeiro barómetro sobre se a questão da apatia foi resolvida com sucesso.

A criação de municípios autónomos em 1998 foi um marco na restituição da democracia. Há 33 municípios (a aumentar para 10 nas eleições de 2008) que representam quase um quarto da população. Os cidadãos elegem directamente o presidente e os membros das assembleias. A descentralização da autoridade política para as províncias e os municípios e do poder administrativo e financeiro para os distritos são a prioridade do Governo e representam um delegação real da democracia, o que é um bom prognóstico para melhorar a qualidade da governação.

## 1.2 Contexto Económico

Desde 1995 que o desempenho económico tem sido impressionante com uma média de crescimento do PIB per capita de 8,5% por ano.

O crescimento na agricultura tem sido lento apesar de ocupar quase 90% da força de trabalho. A sua comparticipação para o PIB diminuiu de 37% em 1995 para 23% actualmente. O crescimento do sector industrial que desde 1995 era em média de 15,7% por ano foi três vezes superior ao da agricultura e a sua comparticipação no PIB duplicou no mesmo período para 30%. A expansão industrial é conduzida por um certo número de projectos largamente financiados por estrangeiros – a fundição de alumínio e um certo número de investimentos na indústria extractiva que inclui uma companhia mineira irlandesa a Kenmare Resources.

O rendimento do Governo é baixo mas está a crescer embora o financiamento dos doadores continue a fornecer uma grande proporção para as despesas públicas. Espera-se que o orçamento do Estado para 2007 seja de cerca de 2 biliões de dólares americanos dos quais mais do que 45% serão financiados pelos doadores. Quer a importação quer a exportação têm mostrado um forte crescimento ligado a grandes projectos de investimento industrial. A balança de pagamentos melhorou e a taxa de câmbio da moeda (Metical) é estável. A dívida externa reduziu-se através dos HIPC. A inflação dos elevados 14% em 2005 desceu para 9,4% em 2006. As taxas de interesse comercial permanecem elevadas.

### 1.3 Pobreza e Desigualdade

O desempenho económico de Moçambique tem sido acompanhado por uma queda significativa dos números daqueles que vivem na pobreza absoluta – desceu para cerca de dois terços da população, apenas ligeiramente acima da metade (de 69% em 1996 para 54% em 2003), nos últimos sete anos. Mas ainda é um dos países mais pobres que na classificação mundial está no 168º lugar contra o 177º no Índice de Desenvolvimento Humano do UNDP (HDI) em 2006. Contudo, o seu desempenho económico geral coloca-o no 150º lugar, 18 lugares acima na classificação do PIB.

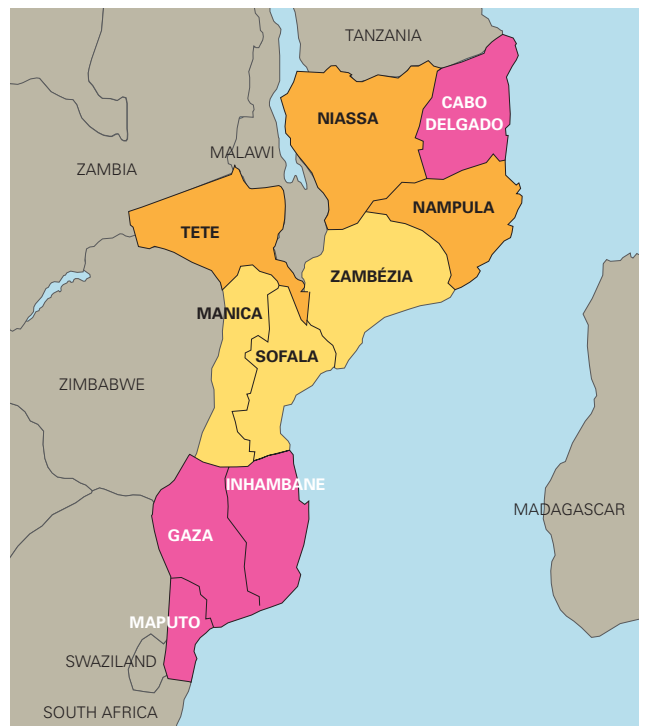
A maior parte da população pobre de Moçambique vive nas zonas rurais, pratica a agricultura de subsistência e outras actividades com ela relacionadas. Nas zonas rurais ocorreu alguma redução da pobreza devido à migração zona rural/ zona urbana intensiva. A incidência da pobreza continua a ser mais intensa nas províncias do norte e do sul. Moçambique tem melhor desempenho na distribuição do rendimento do que os seus vizinhos.

#### DEFINIÇÃO DE POBREZA EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique o Paper da Estratégia da Redução da Pobreza, PARPA II, define pobreza como “a impossibilidade devido à incapacidade e/ou falta de oportunidade para os indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso às condições básicas de acordo com os padrões básicos da sociedade.

Esta definição foi influenciada pela sociedade civil que desafiou a definição no primeiro PARPA com fundamentos que ele era o responsável pela origem da pobreza do indivíduo. A linha da pobreza nacional está colocada ao nível de padrões particulares de nutrição através da medição do valor do consumo de víveres equivalente a 2.150 calorias por pessoa por dia juntamente com a medida das necessidades não alimentares, tal como a habitação. Em termos monetários estas necessidades são expressas como despesas por pessoa por dia equivalente entre 21,8 cêntimos do dólar americano e 78 cêntimos do dólar americano.

Na altura da publicação do PARPA II em 2005, 54,1% da população estava abaixo desta linha.



## Desenvolvimento Humano em Moçambique

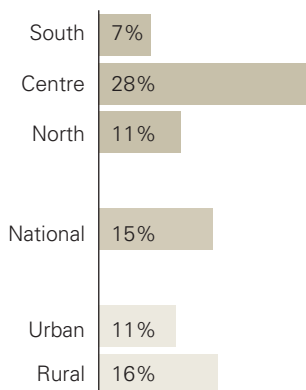
	2000	2001	2002	2003	2004
Esperança de vida à nascença	44.3	45.0	45.6	46.3	46.7
Literacia dos Adultos (%)	43.3	44.4	45.4	46.4	47.2
Frequência escolar bruta	54.7	61.1	64.1	69.4	75.6
Mortalidade infantil	130.4	125.5	120.7	115.9	111.9
Seroprevalência do HIV/SIDA (Adultos 15-49 anos)			13.6%		16.2%

De acordo com o Governo, os factores principais que determinam a pobreza são (i) o baixo nível de escolarização dentro das famílias; (ii) as taxas elevadas de dependência; (iii) o baixo retorno da agricultura e das actividades da manufactura; e (iv) o acesso limitado a serviços e mercados.

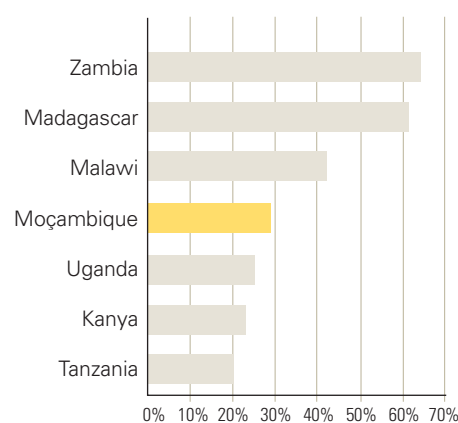
De 1996 a 2003 o consumo privado e em todos os grupos de rendimento aumentou anualmente em 4,6%. O consumo da quinta parte mais pobre da população aumentou em média 3,5% por ano, o que permitiu que a maior parte dos seus indicadores de bem-estar não monetários (p.e., acesso a casa com tectos duráveis, rádios, bicicletas, relógios, percentagem de rendimento gasto em alimentação, etc.) duplicassem em 8 anos.

Ao longo do período de 5 anos que decorreu até 2005 o número de escolas aumentou em 45%. O número de alunos no ensino primário aumentou em 75%. A taxa de conclusão do ensino primário duplicou e o número de estudantes no ensino secundário, vocacional e técnico triplicou. Contudo, partiu-se de uma base baixa. Actualmente, estima-se que o número de crianças que não frequenta o ensino primário é de 1,17 milhões comparado com os 4,0 milhões que frequentam. A expansão rápida na infra-estrutura e no número de estudantes tem sublinhado o problema inevitável da qualidade do ensino, especialmente nas zonas rurais.

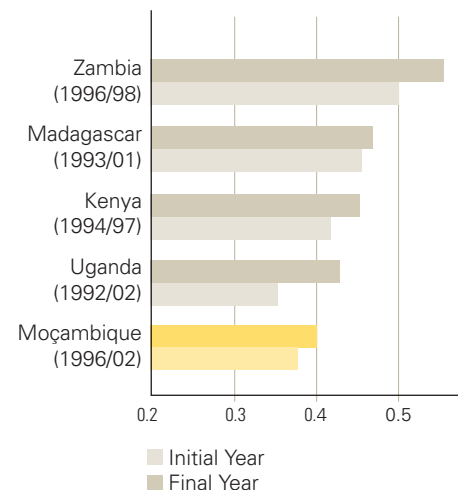
Redução no Número de Pobres  
Entre 1996 e 2003



População a viver com menos de 1 USD PPP  
por dia (2004)



Desigualdade de rendimentos – Índice Gini





Os indicadores da saúde mostram que o serviço está a alargar-se e a melhorar. As taxas de mortalidade das crianças abaixo dos cinco anos e a materna baixaram, enquanto que a cobertura da vacinação atingiu aproximadamente os 95%. As despesas no sector embora ainda baixas estão a crescer passando de 11 dólares per capita em 2004 para 15 dólares em 2007. Apesar de haver melhoramentos a taxa do progresso não é suficiente para se atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Muitos dos indicadores permanecem entre os piores do mundo. Por exemplo, apesar do aumento em 23% do uso dos serviços de saúde 50% da população de Moçambique ainda não tem acesso a cuidados de saúde.

A incidência da pobreza continua a ser maior entre as mulheres. Elas não têm beneficiado proporcionalmente das vantagens da redução da pobreza, com muitas delas nas zonas rurais tão vulneráveis quanto antes. As famílias chefiadas por mulheres, que representam um terço de todas as famílias em Moçambique, são mais pobres que as famílias chefiadas por homens. (62,5% das famílias chefiadas por mulheres são pobres comparadas com 51,9% chefiadas por homens (Instituto Nacional de Estatística: INE 2004).

O HIV/SIDA é reconhecido como a única grande ameaça para a redução da pobreza. Moçambique tem a 10ª maior taxa de seroprevalência do mundo. 16,2% dos que têm a idade compreendida entre 15-49 anos estão infectados com o vírus e o número está a crescer com 500 novas infecções diárias estimadas. O número de crianças órfãs devido ao SIDA era estimado em 380.000 em 2006 e espera-se que atinja 1 milhão em 2010. Há um impacto desproporcionado nas mulheres e crianças. 60% dos adultos que vivem com ele são mulheres. Esta disparidade é mesmo mais impressionante no grupo etário de 20-24 anos onde o número de mulheres ultrapassa o dos homens na razão de quatro para um.

O Governo reconhece que existem ligações importantes entre a redução da pobreza e uma responsabilidade fortalecida. Tem estado a crescer o debate público sobre o desempenho do Governo e a corrupção no sector público. A corrupção está generalizada, mas a relação forte entre o Governo e os seus parceiros doadores colocou-a no topo da agenda do desenvolvimento. Isto levou ao aumento da eficiência e à abertura no trabalho dos órgãos de inspecção legais, ao crescimento da vigilância por parte da imprensa livre, ao compromisso do Governo na estratégia anti-corrupção, à iniciação do Mecanismo de Análise dos Pares de África e ao crescimento da exigência do público em relação ao progresso na resolução da corrupção.

O progresso no sector da justiça é lento embora ao mais alto nível se reconheça que a reforma é importante para o desenvolvimento. O acesso à legislação revista é especialmente restrito.

## 1.4 Contexto Político

O Governo de Moçambique elaborou o seu primeiro plano estratégico para a luta contra a pobreza, o PARPA, em 2001. O PARPA II<sup>2</sup>, que foi elaborado em 2005 assenta naquele e integra os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A sua abordagem pode ser classificada como sendo um esforço para a redução da pobreza através uma estratégia de crescimento económico amplo o qual por sua vez depende da manutenção da estabilidade democrática e socio-política.

Os seus objectivos principais são os de reduzir a pobreza de 54% em 2005 para 45% em 2009 e atingir uma média real na taxa de crescimento anual de 8%. As suas estratégias assentam em três pilares principais que são os seguintes:

- > **Governança** – estimular o desenvolvimento garantindo transparência e a responsabilidade, intentando contra a criminalidade e a corrupção e minimizando as oportunidades de abusos dos fundos e recursos públicos;
- > **Capital Humano** – aumentar o acesso aos recursos básicos tais como, a nutrição, a água e melhorar o estado de saúde da população reduzindo as incidências de doenças tais como, o HIV/SIDA, a malária e a tuberculose;
- > **Desenvolvimento Económico** – promover condições básicas para a actividade produtiva, melhoramento a infra-estrutura, estimulando a produtividade e a inovação e removendo os obstáculos burocráticos.

O PARPA também se concentra no fortalecimento da gestão das finanças públicas e na transparência fiscal com o aumento da colecta dos impostos e o melhoramento da contribuição dos grandes investidores estrangeiros para o tesouro público. A promoção dos mercados financeiros e a reforma do sector judicial são vistos como importantes para a redução dos custos para se fazer negócios.

2 PARPA II: Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta – Programme of Action for the Reduction of Absolute Poverty. O PARPA II decorre de 2006 até fins de 2009. Esta estratégia para o programa Irlandês decorre por mais um ano (até 2010) para adaptar qualquer atraso na preparação do sucessor do PARPA II com vista a calibrar a próxima estratégia Irlandesa para o mesmo calendário.

Este agrupamento de sectores e áreas das despesas dá liberdade às economias de escala e às sinergias dentro dos sistemas e serviços do Governo. O CSP da Irish Aid 2007-2010 está de acordo com o Pilar Abordagem do PARPA. Ele oferece uma base para organizar as estruturas de gestão na Irish Aid de acordo com a aglomeração dos portfólios e das responsabilidades, o uso eficaz do know-how e o aumento equilibrado do papel da gestão.

## 1.5 Justificação para o Aumento da Ajuda a Moçambique

Em menos de duas décadas Moçambique passou por três “gerações” de parcerias com os doadores.

Nos anos 80, o FMI apoiou o Programa de Reabilitação (PRE) para reestruturar e liberalizar a economia. A elaboração do primeiro PARPA em 2001 coincidiu com o surgimento do acordo em se dar apoio ao orçamento, que foi a base para uma parceria nova e bem financiada com a comunidade dos doadores. O PARPA II, que é considerado como um plano profundamente baseado na redução da pobreza, atraiu mesmo um maior apoio externo – em 2006 Moçambique recebeu 1,2 biliões de dólares em ajuda o que representa 23% do rendimento nacional e tornando-o o 8º país mais dependente do mundo<sup>3</sup>.

O efeito destes compromissos tem sido o de amadurecer a relação com os doadores, a abertura ao diálogo em todos os aspectos da agenda de desenvolvimento e a aderência geral aos termos da parceria governo-doador.

No PARPA I a ajuda ao desenvolvimento concentrou-se na construção de estruturas e capacidades nos Ministérios e outros fornecedores de serviços para se engajarem na planificação com os doadores. No PARPA II a ênfase foi na mudança para o cliente, o pobre em particular, e oferecer reduções sustentáveis nos níveis de pobreza.

Em geral, é positivo o contexto para o compromisso do doador. A Revisão Conjunta em 2006<sup>4</sup> reportou progresso em quase todas as áreas (gestão dos financiamentos públicos, reforma do sector público, sector da justiça, descentralização, anti-corrupção, prestação de serviços, HIV/SIDA, gestão económica e desenvolvimento do sector privado).

19 dos doadores em Moçambique, incluindo a Irlanda, deram a sua ajuda ao orçamento geral como Apoio ao Orçamento Geral. Isto dá uma fonte prognosticável de financiamento de médio a longo prazo para todas as áreas das despesas, incluindo os sectores sociais. Ele permite um debate entre o governo e os doadores sobre a política orçamental e as reformas em áreas tais como, a gestão dos financiamentos públicos, a governação e a anti-corrupção.

A execução orçamental é monitorada em conjunto trimestralmente. Isto resultou na prioridade que se tem dado às despesas dos sectores importantes para a redução da pobreza. Cerca de 65% do orçamento visa tais sectores e pelo menos 50% vai para a saúde e educação. Consequentemente, o acesso aos serviços básicos tem aumentado significativamente.

Os programas conjuntos doadores-governo existem nos sectores principais – a saúde, a educação e a agricultura. Todos têm mecanismos comuns de financiamento bem estabelecidos e estão firmemente envolvidos em operações do tipo apoio orçamental. Um mecanismo comum de financiamento foi criado recentemente no sector das estradas, e acordos semelhantes estão ser elaborados para o fornecimento de água às zonas rurais e para a descentralização.

Estes programas dos sectores e de Apoio ao Orçamento Geral têm contribuído para haver melhoramentos na gestão do financiamento público. A maior parte das despesas financiadas pela ajuda está agora incluída no orçamento e sujeita a inspecção e auditoria. Foi introduzido um sistema moderno, de gestão financeira e informação computadorizadas que é operacional na maior parte dos ministérios. O orçamento de 2007, com as despesas detalhadas até às actividades ao nível do distrito, está disponível livremente. A gestão da política nacional também se tornou mais transparente. A preparação do PARPA II envolveu maior participação do Governo e dos actores não-governamentais do que seu predecessor.

3 Contested Sovereignty in Moçambique – de Renzio & Hanlon (2006).

4 A primeira das análises, que têm lugar duas vezes por ano, foi feita entre os doadores do GBS (G19) e o Governo de Moçambique. Foi base desta análise que os G19 fizeram os seus compromissos para o apoio no ano seguinte.

Uma inovação importante é a existência dos “Observatórios da Pobreza”<sup>5</sup> através dos quais se dá à sociedade civil o papel de monitorar e analisar.

Em Moçambique ainda não há planos para a Estratégia da Ajuda Conjunta. O Governo manifestou o desejo de melhorar os métodos de trabalho, incluindo a redução do número de grupos de trabalho antes de entrar na nova fase da parceria com os doadores. Tomaram-se um certo número de iniciativas para melhorar a eficácia da ajuda. No processo da Análise Conjunta anual foram estabelecidas e monitoradas as metas da eficácia da ajuda para o desempenho dos doadores, com base na Declaração de Paris. Os doadores são avaliados anualmente e é feito um relatório onde são classificados em termos de eficácia dos seus programas bilaterais em Moçambique. A Irish Aid foi classificada em 4º lugar de entre 18 em 2006<sup>6</sup>.

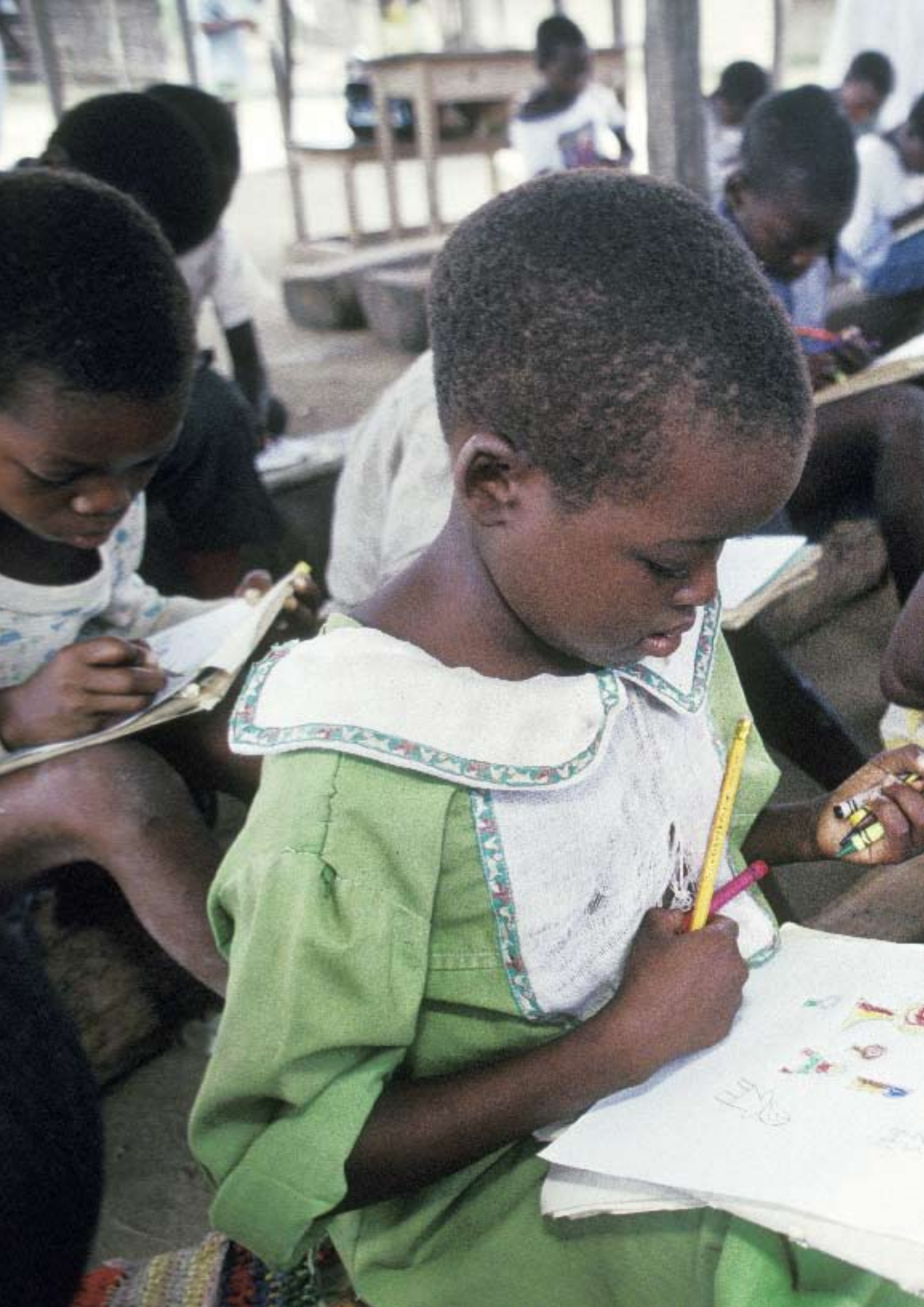
Estes são os planos estratégicos do país para a gestão e incremento do crescimento dos fornecimentos financeiros anuais como parte de um programa cuidadosamente equilibrado.

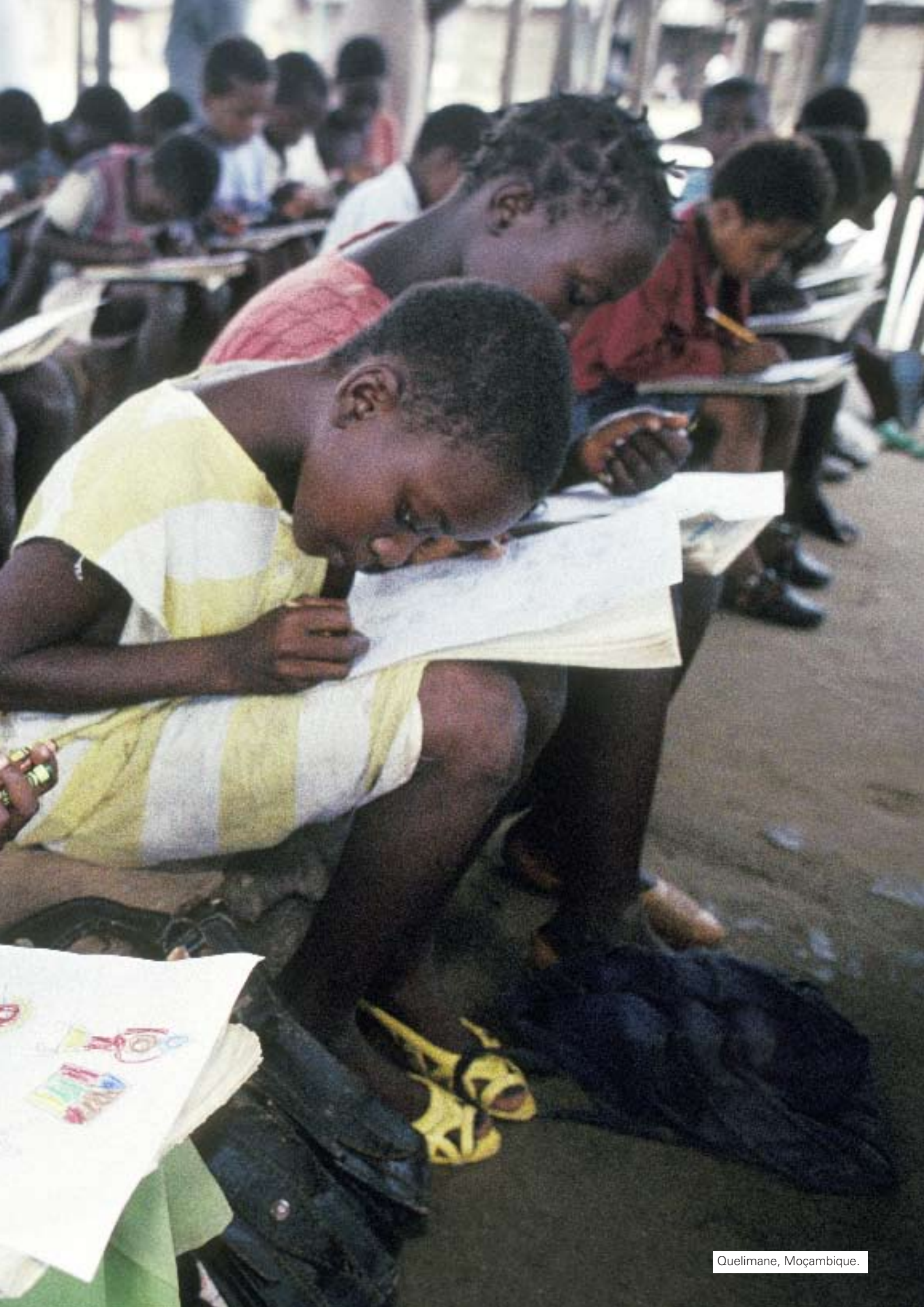
Isto tem em conta o desafio que Moçambique enfrenta para alcançar os ODMs e usar as atribuições adicionais da Irish Aid que surgem da promessa do Governo Irlandês em alcançar o objectivo das Nações Unidas para a ajuda externa até 2012.

<b>Contribuição da Irlanda para o ODA de Moçambique</b>		
<b>Doador</b>	<b>Milhões de Euros 2006</b>	<b>Percentagem</b>
Banco Mundial	223.400	19.88%
Comissão Europeia	137.316	12.22%
RU	88.200	7.85%
Suécia	81.000	7.21%
EUA	79.000	7.03%
Holanda	53.000	4.72%
<b>Irlanda</b>	<b>43.000</b>	<b>3.83%</b>
Canadá	41.000	3.65%
<b>Total da ODA</b>	<b>1,123.500</b>	<b>23% of GDP</b>

5 Os Observatórios da Pobreza juntam os parceiros nacionais do governo, a sociedade civil e o sector privado mais os parceiros internacionais para monitorarem a implementação do PARPA II. Isto deu a oportunidade à sociedade civil de apresentar uma opinião alternativa sobre a pobreza e participar no país através do estudo anual da pobreza.

6 Programa de avaliação do desempenho (PAP) dos parceiros da ajuda feito pela KPMG como parte do Processo da Análise Conjunta em Abril de 2007.





## 2. O Programa da Ajuda Irlandesa

### 2.1 CSP 2004–2006

Durante o período do CSP de 2004–2006, a Irish Aid tem um orçamento total de 106 milhões de euros para a ajuda ao desenvolvimento de Moçambique. Inclui 26 milhões de euros dedicados ao sector da saúde para o financiamento do HIV/SIDA provindo da parceria com a Fundação Clinton.

Aproximadamente 70% do orçamento foi fornecido para o apoio ao governo central quer como apoio ao orçamento geral (18,11 milhões de euros) quer como apoio directo aos sectores. Os fundos também são fornecidos directamente aos governos provinciais de Inhambane e Niassa, para apoiar projectos de um certo número de parceiros da sociedade civil e através das organizações da Nações Unidas. As áreas principais de realce durante o último CSP foram:



Lichinga, Moçambique.

Áreas de compromisso	Centro de Atenção
Apoio ao Orçamento Geral	Apoiar a redução da pobreza e o crescimento económico através do programa de despesas públicas. Isto está associado ao diálogo sobre as atribuições de orçamento e ao programa da reforma para aumentar a eficácia das despesas públicas e o fortalecimento da responsabilidade nacional.
Governança e RSP	O <b>programa da governação</b> dá apoio aos direitos humanos, à anti-corrupção, ao sector da justiça, à democratização (incluindo os média) e promove a participação da sociedade civil principalmente através dos parceiros da sociedade civil.  Apoia o <b>programa da Reforma do Sector Público</b> que pretende melhorar a qualidade dos serviços públicos e o fortalecimento da sua capacidade em prestar serviços através da promoção da reforma salarial e de um sistema de formação integrada nos serviços públicos.
Apoio ao Sector	O financiamento através de programas dos sectores na <b>saúde e educação</b> apoia a prestação de serviços básicos enquanto que na agricultura concentra-se no apoio ao aumento da actividade económica. Diálogo concentrado no desenvolvimento político, na planificação da estratégia e gestão financeira. A integração das resposta ao <b>HIV/SIDA</b> nas outras necessidade do sector da saúde era uma prioridade. O HIV/SIDA também se resolveu através do apoio ao Conselho Nacional do SIDA e as organizações umbrella da sociedade civil.
Programas Provinciais	Apoiar os <b>Programas Provinciais</b> de Inhambane e Niassa para o desenvolvimento rural nas áreas da Saúde, Educação e Agricultura, assim como nas estradas, abastecimento de água nas zonas rurais e higiene.
Divulgação	Uma abordagem pró-activa para sensibilização sobre o HIV/SIDA, a Governança, o Género e o Ambiente. Dirigida a todos os processos de planificação e monitoria aos diferentes níveis nos diferentes sectores. <b>Divulgação</b> do plano de acção integrado no plano de negócios da Embaixada e no processo dos PMDS.

## 2.2 Aprender da experiência

A preparação do CSP de 2007 para 2010 envolveu uma análise detalhada do programa actual incluindo a avaliação feita no início de 2006<sup>7</sup>. Também foram avaliadas as áreas do programa e feita pela gestão sénior uma missão de apreciação. Os resultados destas e a análise regular dos processos realizados pelos programas dos sectores, o AOG e as recomendações da avaliação ajudaram a formular a nova estratégia.

Recomendações/Lições Aprendidas	Informação sobre a futura estratégia
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter a mistura de modalidades.</li> <li>2. Concentrar sobre as realizações relacionadas com os resultados em todos os sectores/areas, com particular realce na prestação de serviços.</li> <li>3. Deve continuar a compatibilização do programa da Irish Aid com os sistemas e planos do Governo de Moçambique.</li> <li>4. A Irish Aid deve, no seu próximo CSP, elaborar um quadro geral de monitoria.</li> <li>5. A Irish Aid tem de aumentar o nível do seu Programa de Ajuda enquanto promove mais avaliação sobre o risco com vista a criar mecanismos de resposta claros e acordados.</li> <li>6. Promover fortes ligações entre e através das modalidades de ajuda e institucionalizar as lições aprendidas e garantir a cultura de disseminar e partilhar a informação que está plasmada no programa.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; <i>A Irish Aid manterá o seu compromisso nas modalidades e sectores actuais, mas mudará o seu realce para promover as mudanças e capacidades exigidas para se garantir que as políticas nacionais e sectoriais sejam implementadas localmente.</i></li> <li>&gt; <i>O input da Ajuda Irlandesa, através do programa, concentrar-se-á no fortalecimento da monitoria e dos sistemas de avaliação visando os pró-pobre.</i></li> <li>&gt; <i>Os planos de negócios da Embaixada e da PMDS para todos os membros da equipa estarão estreitamente ligados a um quadro de monitoria completamente articulado.</i></li> <li>&gt; <i>A Irish Aid usará a sua posição na Troika+ do AOG para melhor avaliação dos riscos, assim como maior concentração no desenvolvimento da política pró-pobre.</i></li> <li>&gt; <i>Será adoptada uma nova abordagem de pilar para facilitar maiores sinergias e ligações através da equipa.</i></li> </ul>
<ol style="list-style-type: none"> <li>7. Manter o apoio nas duas províncias com ênfase na Gestão dos Financiamentos Públicos (PFM), responsabilidade local e prestação de serviços. Aumentar também o compromisso no HIV/SIDA ao nível provincial.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; <i>O compromisso no programa provincial será orientado para a reforma do sector público e a descentralização. Será garantida melhor prestação de serviços e resultados pró-pobre através de um forte realce em cada província. O compromisso provincial dará uma oportunidade para sensibilizar sobre o HIV/SIDA e o género.</i></li> </ul>
<ol style="list-style-type: none"> <li>8. Aumentar os esforços em sensibilizar a governação, através do programa, ligando-o com a PFM, a PSR, a descentralização e o programa de ajuda. Fortalecer a participação da sociedade civil.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; <i>Melhor governação e responsabilidade melhorada são um tema central em todo o CSP com os objectivos e as metas de governação específicos articulados para cada área do programa.</i></li> </ul>
<ol style="list-style-type: none"> <li>9. A experiência positiva de promover o sector privado deve ser expandida em conformidade com a política do PARPA de estimular o crescimento e criar emprego.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; <i>Através do compromisso no pilar económico, a Irish Aid desenvolverá uma estratégia para apoiar o desenvolvimento do sector privado.</i></li> </ul>
<ol style="list-style-type: none"> <li>10. Fortalecer a abordagem de sensibilização da Irish Aid assegurando a incorporação das questões transversais nos planos de trabalho.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; <i>A Irish Aid resolverá as quatro questões transversais. A governação será um tema central; o HIV/SIDA e o género estarão concentrados no pilar do capital humano e no compromisso provincial. Haverá progressos nos esforços para melhorar a capacidade interna para haver compromisso nas questões ambientais através do programa</i></li> </ul>



Mabote, Moçambique.



## 2.3 Principais mudanças no programa proposto para 2007–2010:

### **Governança:**

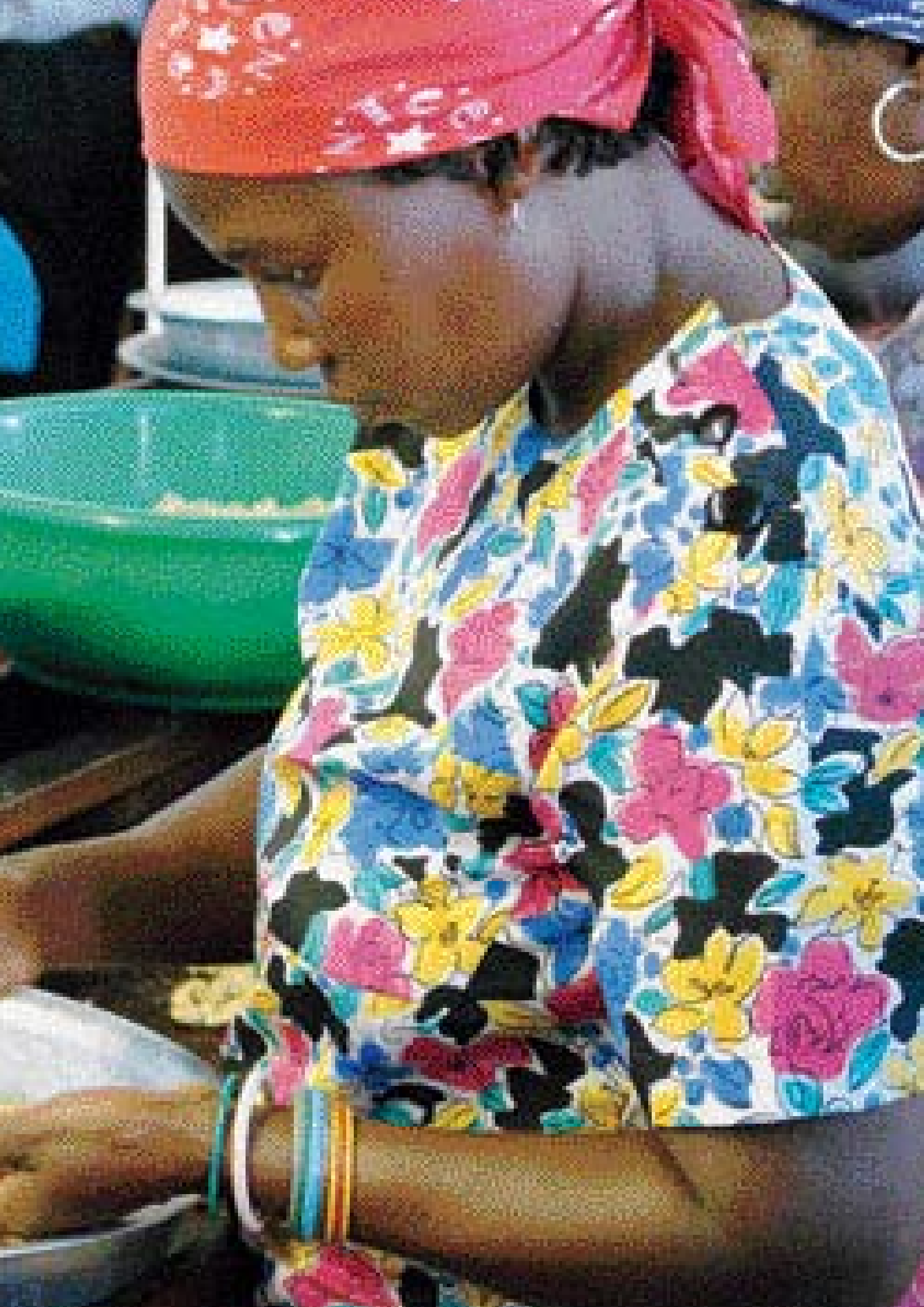
Governança: a governança será dirigida como o tema central do CSP e o objectivo específico da governança está incluído em cada área do programa. Um grande e díspar número de parceiros da sociedade civil que trabalham numa série de áreas temáticas foram orientadas para uma única intervenção através do Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (CSSM). Serão exploradas e apoiadas intervenções específicas em apoio aos média quer directamente quer através do CSSM. A Irish Aid concentrará o seu apoio na Reforma do Sector Público naqueles aspectos que são importantes para a prestação de serviços tais como, o processo de descentralização e a reforma salarial.

Dentro do pilar do **capital humano** cada uma das áreas do programa, HIV/SIDA, saúde e educação concentrar-se-á em duas das três áreas com a monitoria, a avaliação e o fortalecimento da responsabilidade normal melhoradas em todos os três. A Irish Aid garantirá que as ligações e sinergias conduzirão a uma prestação de apoio mais eficaz.

A abordagem do **pilar económico** é inovadora e resolve os obstáculos ao desenvolvimento e agro-negócios melhorados do sector privado.

Nas recomendações da avaliação do CSP dos **programas provinciais** e da missão de apreciação foram realizadas a braços com uma limitação no compromisso. O apoio concentrar-se-á nos processos de reforma e de prestação de serviços pró-pobre melhorados em duas das três áreas específicas em cada província estreitamente em conformidade e ligada ao compromisso sectorial ao nível nacional, quando comparado ao compromisso alargado em muitos sectores no passado.





## 3. O CSP 2007-2010

### 3.1 Objectivo do CSP

A objectivo geral é o seguinte:

*Contribuir para a redução da pobreza apoiando o desenvolvimento, a implementação e a monitoria das políticas pró-pobre em Moçambique.*

A estratégia do país trabalhará para alcançar este objectivo concentrando-se nos objectivos descritos nas componentes específicas do PARPA II. Ela apoiar-se-á nos três pilares do PARPA que são: a Governança, o Capital Humano e o Desenvolvimento Económico, assim como na manutenção do Apoio ao Orçamento Geral e dos programas provinciais.

### 3.2 Objectivos

A Irish Aid identificou quatro objectivos estratégicos para alcançar este fim. Estes serão prosseguidos através do programa e do diálogo total com o governo, doadores e outros parceiros.

1. **Visar os pró-pobre com os serviços prestados pelo sector público.**
2. **Dar responsabilidade acrescida aos serviços públicos para com os cidadãos, especialmente os pobres.**
3. **Fortalecer a capacidade do Governo e dos parceiros da sociedade civil de implementarem políticas e programas pró-pobre.**
4. **Melhorar a eficácia da ajuda através do fortalecimento das relações entre os doadores e o Governo melhorando a qualidade do diálogo, da parceria e da gestão do programa.**

Em cada pilar do CSP e em cada sector onde a Irish Aid se envolve foram identificadas metas específicas e intervenções para a realização destes objectivos. Os objectivos e as metas formam a base para a planificação do programa, assim como para os planos de trabalho individual dos especialistas do sector. Paralelamente, haverá uma intensificação da integração das quatro questões transversais.

### 3.3 Objectivos para as Acções

#### ↘ Objectivo estratégico 1

Visar os pró-pobre com os serviços prestados pelo sector público.

Como um dos 19 doadores que dá apoio ao orçamento geral e como presidente do rendimento da Troika<sup>8</sup>, a Irish Aid está bem colocada para advogar pela equidade melhorada na atribuição de recursos e melhor visar o pobre no desenvolvimento e implementação da política pública. Isto será acompanhado através da planificação, orçamentação e monitoria dos debates através de todos os compromissos sectoriais, particularmente na saúde, educação e agricultura. Questões tais como, as desigualdades geográficas e de género na atribuição de recursos serão resolvidas principalmente através do diálogo político. A Irish Aid apoiará a implementação dos quadros de monitoria e avaliação que examinam as questões da equidade e que visam a pobreza, que fornecem dados atempadamente e de qualidade e dão uma base de forte evidência ligada aos processos políticos e de planificação.

A Irish Aid trabalhará ao nível central para garantir que os critérios para atribuição de recursos para as províncias e distritos se desenvolvam com base na incidência da pobreza e população. Ao nível provincial, a Irish Aid promoverá a orçamentação pró-pobre através dos processos de planificação anuais.

8 De Abril de 2007 a fins de Março de 2010, a Irlanda será um membro da Troika\* de coordenação (um grupo de três doadores bilaterais, mais dois multilaterais que conjuntamente representam os interesses do grupo dos dezanove) para o Apoio do Orçamento Geral. Isto dará ao programa Irlandês uma única supervisão, compreensão e resultado ao diálogo a alto nível que dirige o compromisso.

### ↘ Objectivo estratégico 2

Dar responsabilidade acrescida aos serviços públicos para os cidadãos, especialmente os pobres.

A responsabilidade melhorada é o tema central do CSP. A Irish Aid trabalhará para estas intervenções específicas tais como, advogar por mais transparência nos planos e orçamentos do governo, participar nos grupos das finanças e auditorias num certo número de sectores e advogar por um melhor lado da exigência da responsabilidade através de debates sobre a descentralização e o Mecanismo da Apoio da Sociedade Civil.

A implementação dos sistemas de medidas que olham para o desempenho do Governo e parceiros no contexto da planificação, orçamentação, monitoria e processos de análise conjuntos será apoiada aos níveis macro, sectorial e provincial.

### ↘ Objectivo estratégico 3

Fortalecer a capacidade do Governo e dos parceiros da sociedade civil para implementar as políticas e programas pró-pobre.

A Irish Aid apoiará os planos de capacitação institucional dos parceiros de ambos, Governo e sociedade civil, que prestam serviços de qualidade aos pobres ao nível do distrito e da comunidade. Para alcançar o máximo de impacto pró-pobre com a descentralização a ênfase será dada em garantir que o apoio técnico e supervisão necessários serão dados pelas autoridades provinciais às administrações distritais. A Irish Aid apoiará a capacitação institucional das comunidades na definição e jogará um papel activo na planificação, gestão e monitoria da prestação de serviços básicos aos pobres. A Irish Aid trabalhará para garantir que haja aprendizagem adequada das lições para facilitar a disseminação das boas práticas a todos os níveis.

### ↘ Objectivo estratégico 4

Melhorar a eficácia da ajuda através do fortalecimento das relações entre os doadores e o Governo melhorando a qualidade do diálogo, da parceria e da gestão do programa.

Através do seu papel na Troika<sup>+</sup>, a Irish Aid trabalhará para melhorar o mecanismo do AOG no contexto da Declaração de Paris e promoverá a orientação do processo de Análise Conjunta e Semestral para reduzir os custos de transacção.

A Irish Aid promoverá a harmonização e alinhamento das estruturas individuais no SWAp apoiando a evolução dos mecanismos de apoio ao orçamento sectorial e estratégias de cooperação tais como o aumento do uso dos mecanismos comuns de financiamento e prestação de serviços equitativas. Também será apoiado o trabalho e a investigação analíticos que identificam áreas importantes de intervenção e que se dirigem a factores que influenciam a quantidade de serviços.

## 3.4 Estratégia Futura – A abordagem do Pilar

O programa da Irish Aid apoiará os três pilares do PARPA que são: a Governação, o Capital Humano e o Desenvolvimento Económico. Ele continuará também a sublinhar as quatro questões transversais através de todos os compromissos.

O apoio a estes objectivos será dado através de uma mistura de três modalidades principais: Apoio ao Orçamento Geral, Apoio aos Sectores, assim como ao envolvimento com os parceiros da sociedade civil. A racionalização de certas áreas do programa reduziu o número de parceiros com os quais a Irish Aid se envolve e garantiu uma abordagem mais orientada.

### 3.4.1 O Pilar da Governação

Serviços públicos eficazes, maior devolução do poder aos pobres e aumento da responsabilidade quando for exigido são cruciais para a redução da pobreza. Os quatro objectivos estratégicos da Irish Aid serão prosseguidos através do compromisso em duas áreas do Pilar da Governação: o fornecimento do apoio à Reforma do Sector Público e a descentralização e através do fortalecimento da responsabilidade quando exigido.

### 3.4.2 Reforma do Sector Público (RSP) e Descentralização

*“Nós apoiaremos as iniciativas da reforma do sector público que dêem serviço eficientes, justos e responsáveis, assim como uma forte gestão da economia nos nossos Países Programa.” White Paper sobre a Ajuda Irlandesa 2006*

A Irish Aid apoia os objectivos do programa da Reforma do Sector Público e a estratégia do Governo de devolver a responsabilidade e recursos aos distritos. A Irish Aid concentrar-se-á nos aspectos que são importantes para a prestação de serviços aos pró-pobres e para fortalecer a capacidade de implementação do governo. A sua ênfase principal será na implementação do programa de descentralização no qual uma proporção maior do orçamento do Estado será fornecido como doações discricionárias para os distritos a serem atribuídas de acordo com as prioridades estabelecidas pelas comunidades locais.

A Irish Aid manterá o seu actual nível de financiamento para a Reforma do Sector Público. Este será fornecido através de um fundo comum para apoiar a nova autoridade para a função pública, ANFP<sup>9</sup> e o seu apoio à unidade técnica, UTRESP. No grupo de doadores importantes a Irish Aid enfatizará o estabelecimento de uma base de recursos humanos uniforme e a implementação de um novo sistema de salários e incentivos.

A Irish Aid financiará o programa nacional conjunto para o financiamento e planificação descentralizados (PPFD) que será implementado pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Este está calendarizado para iniciar em Janeiro de 2008 e incluirá um certo número de programas de capacitação institucional para a descentralização existentes. Através do seu trabalho no grupo de doadores importantes, a Irish Aid elaborará o programa de capacitação institucional para a descentralização num programa nacional de apoio à descentralização mais alargado.

Também será dado apoio ao Inspector Geral das Finanças (IGF)<sup>10</sup> através do financiamento do Sub-sistema de Controlo Interno (SCI) para garantir a responsabilidade pelo uso dos fundos públicos e para fortalecer a sua capacidade sobre os controlos financeiros internos, especialmente ao nível provincial.

Através dos programas provinciais, a Irish Aid apoiará o Secretariado Provincial e outras direcções importantes para se implementarem os programas de desenvolvimento de capacidade ao nível distrital. Isto está em conformidade com a legislação estabelecida pelos órgãos representativos locais e a promoção do desenvolvimento e a implementação de processos participativos de planificação e financiamento.

### 3.4.3 Fortalecimento da responsabilidade de acordo com as exigências

*“Nós esperamos construir sistemas de governo. Criaremos a capacidade de planificar, prestar, gerir e monitorar serviços. Apoiaremos os esforços para se combater a corrupção e ajudaremos a que os governos se tornem mais sensíveis para com as necessidades dos seus cidadãos. Trabalhando com a sociedade civil ajudaremos os cidadãos a apresentarem as suas necessidades.” White Paper sobre a Ajuda Irlandesa 2006*

O fortalecimento da responsabilidade de acordo com as exigências é uma prioridade e é sublinhado em todo o programa. As intervenções e metas específicas foram estabelecidas para cada uma das componentes do programa. Em todos os sectores de compromisso foram identificadas acções estratégicas relacionadas com o aumento da transparência e da responsabilidade para com os cidadãos, particularmente para com os pobres.

Será dado apoio às organizações da sociedade civil que trabalham na advocacia da governação e monitoria das actividades, através do Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (CSSM). Isto foi recentemente estabelecido pela Irish Aid e o DFID. O CSSM apoiará as organizações da sociedade civil para fortalecer a capacidade organizacional e a governação internas.

Os média profissionais são um alvo específico a apoiar. Embora isto possa ser canalizado pelo CSSM, a Irish Aid também explorará oportunidades de ajuda directa, em particular para o desenvolvimento da capacidade na rádio comunitária nas províncias e a formação em jornalismo investigativo.

9 Autoridade Nacional da Função Pública

10 Aproximadamente equivalente ao Irish Comptroller & Auditor General.

A Irish Aid explorará o potencial em fazer a ligação entre os média e as organizações dos jornalistas com organizações afins de outros países, com vista a estabelecer parcerias para capacitação institucional.

Pretende-se que na primeira parte do novo período do CSP, a Irish Aid desenvolva novos acordos de parceria com os Governos provinciais com base na visão comum e sublinha os princípios da governação e responsabilidade. O nível de apoio financeiro será decidido com base no desempenho nas principais áreas da reforma.

Para apoiar o papel da sociedade civil no diálogo político, a Irish Aid ajudará no desenvolvimento da capacidade de ter uma política independente relacionada com a investigação. O financiamento inicial em 2007 de 0,13 milhões de euros crescerá para 0,25 milhões de euros em 2010. Este será fornecido através de acordos de financiamento comum com outros doadores para financiar as agendas de investigação determinadas independentemente do Governo e dos doadores.

## 3.5 O Pilar do Capital Humano

Uma abordagem programática para a Educação, Saúde e HIV/SIDA está a ser adoptada porque um certo número dos principais desafios do desenvolvimento que a Irish Aid dedicou atenção é comum nas três áreas. Isto criará oportunidade para se criar sinergias entre eles.

### 3.5.1 Educação

*“A ênfase principal para a educação permanecerá a provisão de um ensino primário de alta qualidade, situada nos planos nacionais abrangentes da educação.”*  
*White Paper sobre a Ajuda Irlandesa 2006*

A educação continuará a ser de importância central no programa da Ajuda Irlandesa. O financiamento para o sector aumentará de 5,75 milhões de euros em 2007 para 11 milhões de euros em 2010. O apoio continuará a ser dado exclusivamente através do fundo comum, FASE<sup>11</sup>.

Em conformidade com o seu apoio global à Iniciativa da Via Rápida<sup>12</sup>, a Irish Aid apoiará o pedido do Governo para recursos adicionais conforme o requerido.

A Irish Aid concentrar-se-á no melhoramento da qualidade do ensino primário e no fornecimento do acesso igual para todos, em particular para as raparigas, para ajudar a reduzir as actuais disparidades. Advogará por um serviço melhor pró-pobre, por uma capacidade melhorada e pela qualidade através da expansão da rede da educação, da gestão mais eficaz da escola pelas comunidades e da criação de um ambiente mais seguro para a educação das raparigas.

A igualdade do género na educação continuará a ser uma grande prioridade. No sector do grupo de trabalho, a Irish Aid promoverá o desenvolvimento e a circulação das orientações nacionais para aumentar as matrículas e a retenção das raparigas no ensino. A Irish Aid trabalhará para garantir a implementação rápida dos planos para a protecção das raparigas do abuso sexual nas instituições de ensino<sup>13</sup>.

Estas prioridades prosseguirão ao nível local através do seu programa provincial em Niassa. A ênfase será de garantir que as experiências provinciais sejam canalizadas para a análise do sector e dos processos de planificação.

A Irish Aid encorajará ligações fortes entre o sector da educação e o programa de descentralização para promover a participação das comunidades na gestão do investimento e na prestação de serviços de educação ao nível da comunidade.

### 3.5.2 HIV/SIDA

O HIV/SIDA, que é uma das maiores ameaças para a redução da pobreza em Moçambique, continua a ser uma prioridade para a Irish Aid em todo o período de 2007-2010. A abordagem programática está a ser adoptada e o HIV/SIDA está acentuado em todo o programa, com um compromisso particular com o sector da saúde. A Irish Aid continuará a implementar a sua política do local de trabalho.

11 FASE é o fundo comum estabelecido para apoiar o Plano do Sector da Educação.

12 A Educação para Todos, Iniciativa da Via Rápida (FTI) foi lançada em 2002 como uma parceria global entre o doador e os países subdesenvolvidos para garantir um progresso acelerado em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio do ensino primário universal em 2015. Todos os países de baixo rendimento que demonstrem um compromisso sério em alcançar a conclusão universal do primário podem juntar-se à FTI.

13 Em Niassa, por exemplo, a pouca população significa que a maior parte das escolas secundárias são escolas internato onde esta questão do abuso das alunas pelos professores é mais aguda.

A linha do orçamento dedicado para o HIV/SIDA é de 1,96 milhões de euros em 2007 (a aumentar para 2,75 milhões de euros em 2010). Contudo, o financiamento geral da Irish Aid para o HIV/SIDA é substancialmente superior por causa dos fundos fornecidos pela parceria com a Fundação Clinton.

Esta linha do orçamento concentrar-se-á no apoio ao fundo comum do Conselho Nacional do SIDA (CNS) como autoridade coordenadora principal, assim como no apoio a duas organizações umbrella da sociedade civil.

Além disso, para a sensibilização a Irish Aid concentrar-se-á em duas áreas prioritárias que são as seguintes: monitorar a implementação da resposta multi-sectorial (enfatizando a igualdade de acesso a uma série abrangente de serviços); fortalecer a circulação dos serviços de assistência domiciliária (optimizando as ligações entre os parceiros, i.e., o Conselho Nacional do SIDA (CNS), o Ministério da Saúde e os parceiros de implementação aos níveis nacional e provincial).

Através do compromisso em monitorar e avaliar o grupo do CNS, a Irish Aid advogará por um melhor alcance dos pró-pobre pela prestação de uma série abrangente de serviços. Além disso, monitorará o estabelecimento e a implementação do Sistema de Gestão das Doações no CNS advogando por mais recursos para a periferia. O apoio a duas redes, a MONASO (rede das ONGs nacionais que trabalham na área do HIV/SIDA) e a RENSIDA (rede de organizações das pessoas que vivem com o HIV/SIDA) continuará assim como fortalecimento da sua capacidade em advocacia e monitoria da resposta do governo.

A assistência domiciliária foi identificada como uma área central para a Irish Aid baseada no seu compromisso com o Fórum dos Parceiros (o mecanismo de coordenação entre o CNS, os doadores e as organizações da sociedade civil) e no grupo de trabalho do HIV/SIDA do sector da saúde para advogar por uma expansão significativa destes serviços. A Irish Aid maximizará as ligações com o seu apoio para a estratégia da saúde comunitária para garantir uma abordagem abrangente ligada à prevenção, assistência e tratamento.

A Irish Aid orientará a sua abordagem do HIV/SIDA para os níveis nacional e provincial. No seu compromisso com o Conselho Nacional do SIDA, trabalhará para garantir um input eficaz e melhorar a resposta local e da comunidade. Para racionalizar o peso da gestão, a Irish Aid explorará o potencial das modalidades para apoiar o CNS tais como, o estabelecimento de uma parceria silenciosa,

com o doadores com as mesmas ideias, para o fundo comum. Ao nível provincial, a Irish Aid identificará as oportunidades facilitem a monitoria da resposta nacional e o melhoramento da quantidade e uso dos recursos ao nível local.

Será crucial estabelecer ligações através do programa aos níveis nacional e sub-nacional, assim como através dos sectores para monitorar a resposta nacional. A Irish Aid continuará a encorajar os outros parceiros a procurarem oportunidades de sinergias semelhantes nos seus próprios programas.

### 3.5.3 Saúde

*“O direito de toda a gente de ter os mais altos padrões atingíveis de saúde física e mental é um direito humano fundamental.” White Paper sobre a Ajuda Irlandesa 2006*

O apoio ao sector da saúde continuará com os fundos gerais a crescerem de 15,5 milhões de euros em 2007 para 20,5 milhões de euros em 2010. Isto inclui fundos garantidos através da parceria com a Fundação Clinton para os quais a Irish Aid atribuirá um fundo adicional de 12 milhões de euros por ano para o sector da saúde em Moçambique.

A Irish Aid continuará a apoiar o plano estratégico do sector da saúde (PESS II), cujos objectivos principais são o fortalecimento do sistema nacional de saúde e melhorar a prestação de serviços para se dar um acesso mais amplo e igual a uma assistência sanitária de qualidade. A Irish Aid concentrar-se-á num número limitado de áreas prioritárias dando maior ênfase à monitoria da prestação de serviços e igualdade de acesso, ao fortalecimento da gestão e responsabilidade financeira do sector da saúde para com os seus clientes, ao fortalecimento da capacidade, à assistência sanitária na comunidade e ao HIV/SIDA.

A Irish Aid usará a sua posição como presidente da monitoria e avaliação do trabalho em grupo do sector para melhorar os sistemas de informação da saúde para se avaliar a extensão na qual os serviços de assistência sanitária estão a alcançar os pobres e a capacidade do Ministério em oferecer programas de qualidade. A Irish Aid também apoiará o desenvolvimento de um quadro de monitoria e avaliação em conformidade com o novo plano estratégico do sector. Ao nível provincial a ênfase será em garantir que as autoridades sejam capazes de alimentar as suas experiências nestas áreas dos processos de análise e planificação do sector.



Para fortalecer a responsabilidade, a Irish Aid continuará a participar no financiamento e auditoria do trabalho em grupo do sector da saúde, no fortalecimento dos sistemas de gestão financeira no Ministério e ao aumento da transparência para os doadores e a sociedade civil. A Irish Aid continuará a advogar por uma maior participação da sociedade civil no sector da saúde. Relativamente à eficácia da ajuda melhorada, a Irish Aid promoverá a harmonização dos condicionalismos do doador acerca do conjunto principal do conjunto anual de indicadores. Apoiará o desenvolvimento de um Quadro de Despesas a Médio Prazo (MTEF).

Em relação ao fortalecimento da capacidade, a Irish Aid trabalhará para a adopção de estratégias adequadas para a expansão dos recursos humanos em conformidade com a nova estratégia do sector. O seu input será conhecido pelo seu compromisso aos níveis provincial e internacional e pelas ligações com os processos da reforma nacional.

A Irish Aid prosseguirá com os seus objectivos de aumentar o acesso dos pró-pobres aos serviços através da participação da força de trabalho na elaboração de uma estratégia nacional sobre a saúde da comunidade. Em particular, trabalhará com as autoridades provinciais da saúde para promover modelos eficazes de saúde da comunidade e usará esta ligação para monitorar a prestação igual de serviços melhorados.

### 3.5.4 O HIV/SIDA no Sector da Saúde e a Parceria da Fundação Clinton

A Irish Aid desenvolveu o seu compromisso nesta área através da sua parceria com a Fundação Clinton. Continuará a adoptar a abordagem do fortalecimento dos sistemas para garantir que o HIV/SIDA seja a prioridade central no sector da saúde.

Como presidente actual do grupo de trabalho do HIV/SIDA, a Irish Aid assumirá papel proeminente na análise da estratégia do HIV/SIDA do sector da saúde e advogará a expansão do acesso igual a uma série abrangente de serviços. A Irish Aid concentrar-se-á, em particular sobre o acesso das zonas rurais aos serviços do HIV/SIDA e o acesso ao tratamento por parte dos grupos vulneráveis quando a estratégia entrar na sua segunda fase. A Irish Aid apoiará as ligações entre o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional do SIDA para melhorar a disponibilidade atempada e boa qualidade de dados. Participará num grupo de trabalho multi-sectorial presidido pelo Ministro da Ciência e Tecnologia para a elaboração de uma agenda de investigação e uma base de provas do HIV/SIDA.

O desenvolvimento de uma estratégia para disseminação e comunicação dos resultados da investigação, nacional e internacionalmente, será central para este esforço.

#### A FUNDAÇÃO CLINTON

No acordo com a Fundação Clinton, iniciado em 2003 e renovado em 2006, a Irlanda tem aumentado significativamente a sua contribuição para o programa do sector da saúde de modo a garantir que haja um investimento adequado nos sistemas básicos de saúde para que eles possam prestar assistência e tratamento para o HIV/SIDA através do aconselhamento, da medicação anti-retroviral (ARVs), do tratamento para outras doenças relacionadas com o SIDA e a assistência domiciliária, enquanto que ao mesmo tempo mantém os serviços de saúde alargados a todas as necessidades. Os fundos adicionais da Irish Aid são canalizados através dos fundos normais do Ministério da Saúde juntamente com o remanescente dos fundos da Irish Aid para o sector da saúde. Entre 2003 e 2006, um total de 28 milhões de euros foram atribuídos e foi assinado um novo acordo com a Fundação em 2006 que trará fundos Irlandeses para Moçambique para o HIV/SIDA no sector da saúde num total de 76 milhões de euros em 2010. Moçambique foi um dos primeiros países a quem a Fundação Clinton garantiu um acordo com as principais companhias farmacêuticas de genéricos por preços mais baixos para os ARVs, kits de testagem e outros meios de diagnóstico. A fundação também se comprometeu com o seu papel de conselheiro no terreno como um parceiro de implementação para o Ministério e em ajudar com o procurement dos ARVs, os meios de diagnóstico e o fornecimento de nutrição melhorada.

A análise semestral feita pela parceria Ajuda Irlandesa-Fundação Clinton no início de 2006 validou a abordagem levada a cabo até agora e recomendou que ambas organizações continuem com esta abordagem para compromissos futuros sobre os recursos. Ela sublinhou o facto que a parceria tem jogado um papel positivo em apoiar mais fortemente o Ministério da Saúde na sua posição de liderança, encorajando a atracção de outros parceiros para a harmonização do sector e estruturas de parceria garantindo, deste modo, que o HIV/SIDA seja tratado como uma prioridade central dentro e em todo o sector da saúde.





## 3.6 Pilar do Desenvolvimento Económico

A Irish Aid fortalecerá o crescimento pró-pobre através do seu compromisso com o Desenvolvimento Económico das áreas pilares da agricultura, desenvolvimento do sector privado e apoio à desminagem.

### 3.6.1 Agricultura

*“Nós estamos comprometidos em dar maior ajuda ao desenvolvimento rural e à agricultura, incluindo a investigação agrícola e os serviços de extensão através de parcerias eficazes.” White Paper sobre a Ajuda Irlandesa 2006*

O desenvolvimento do sector da agricultura é uma grande prioridade do Governo de Moçambique e é essencial para o crescimento pró-pobre. Contudo, os progressos têm sido lentos e até agora os agricultores pobres pouco beneficiaram da parceria dos doadores e dos investimentos importantes.

A médio prazo a Irish Aid continuará com a sua ajuda no apoio aos objectivos do Governo. Concentrar-se-á em promover a prestação de serviços agrícolas pró-pobre e em melhorar as oportunidades de mercado para os pequenos proprietários. Dará ênfase ao apoio ao desenvolvimento de serviços de extensão agrícola eficazes que visem as necessidades de todos os produtores com um realce específico para os pequenos proprietários, em particular para as mulheres.

Está proposto aumentar-se a contribuição do programa do sector ProAgri de 1,75 milhões de euros em 2007 para 2 milhões de euros em 2008. Será analisado este compromisso na segunda metade de 2008. À luz desta análise será tomada a decisão se permanecer no programa do sector.

A Irish Aid continua com o seu nível actual de apoio ao fundo do registo da terra da comunidade<sup>14</sup> para promover a propriedade da comunidade e a gestão do recurso terra. Isto contribuirá para o fortalecimento da responsabilidade do governo na gestão do recurso terra do país.

<sup>14</sup> Em parceria com outros doadores, a Irish Aid ajudou a estabelecer um programa nacional piloto de registo da terra da comunidade para resolver a questão do acesso da comunidade, da gestão e do desenvolvimento sustentável dos recursos naturais.

#### TECHNOSERVE

A missão da ONG Technoserve é fazer negócios que criem trabalho, rendimento, oportunidades e crescimento económico nos países subdesenvolvidos. A sua estratégia baseia-se na condução do mercado na abordagem orientada para negócios. A parceria actual com a Technoserve, em apoio à criação de emprego no sector dos agro-negócios, começou em 2005. Até agora, este apoio ao sector privado tem sido na área dos agro-negócios (o refinamento e processamento dos procedimentos agrícolas) apoiando a Technoserve a investigar e apoiar potenciais crescimentos para o sector privado. Através de um estudo inicial do potencial da colheita paga em dinheiro na província de Inhambane, a Technoserve identificou um certo número de colheitas pagas em dinheiro que potencialmente tinham mercados preparados e que tiveram um impacto positivo na vida dos pequenos proprietários. As duas colheitas principais identificadas foram a castanha de caju e os citrinos. Através do apoio a potenciais investidores para o agro-processamento a Technoserve dirigiu três novas instalações de processamento de castanha de caju em Inhambane e Gaza e realizou as primeiras operações de bio-diesel do país nas províncias de Inhambane e Zambézia. Além disso, trabalharam com o Ministério da Energia para elaborar nova legislação para regular a produção e venda de bio-carburantes. As instalações para o processamento do caju criaram cerca de 750 novos empregos nas comunidades rurais. Também foi feito trabalho de exploração de potenciais económicos e de emprego para a produção de citrinos, coco e ananás. Quanto ao potencial do coco, a acrescentar ao bio-diesel, há um certo número de outros usos da fibra e casca do coco que estão a ser investigados, incluindo a identificação de mercados de emprego.



### 3.6.2 Apoio ao Sector Privado

*“O papel do sector privado exige maior atenção dos doadores... Daremos mais apoio ao sector privado nos nossos Países Programa.” White Paper sobre a Ajuda Irlandesa 2006*

O realce acrescido da Irish Aid nesta área está em conformidade com as prioridades do Governo de Moçambique para o crescimento e expansão económicos do sector privado.

Durante o período do CSP, a Irish Aid desenvolverá uma estratégia específica para o seu compromisso com o sector privado. Isto explorará opções para apoiar a criação de trabalho e examinará o âmbito da ajuda na oferta de acesso ao mercado para os pequenos proprietários. Está proposto o aumento do orçamento de 0,5 milhões de euros em 2007 para 1,5 milhões de euros em 2009. Também continuará o apoio para o Índice de Confiança para Negócios<sup>15</sup>.

A Irish Aid trabalhará com a ONG Technoserve para fortalecer a capacidade das firmas e empresas do sector privado no sector do agro-processamento. Haverá ênfase em se garantir o impacto pró-pobre. Com a Technoserve, a Irish Aid promoverá mais empresas no sector do processamento da castanha de caju e explorará opções em outras áreas do comércio agrícola. As colheitas tais como, a da castanha e o coco são centrais para contribuir para fontes melhoradas e a diversidade de rendimentos dos pequenos proprietários. A maior parte do trabalho criado até agora tem beneficiado as populações rurais pouco capacitadas.

### 3.6.3 Desminagem

A Irish Aid continuará com o seu apoio à desminagem para melhorar o acesso à terra, aos recursos naturais e mercados para os pobres das zonas rurais. Fornecerá um total de 1,05 milhões de euros para o Halo Trust para o período do CSP que, com o instituto nacional de desminagem, avaliarão as áreas minadas que restam no país para preparar e entregar o programa para ajudar Moçambique a alcançar o estatuto de “livre do impacto das minas” em 2009.

## 3.7 Programas Provinciais

*“Nós comprometemo-nos com as autoridades regionais a criar capacidade administrativa para prestar serviços melhorados e eficientes através de um certo número sectores. Os Programas das Áreas também actuam como um barómetro importante das realidades do terreno porque elas informam sobre a nossa compreensão das questões ao nível nacional.” White Paper sobre a Ajuda Irlandesa 2006*

A Irish Aid também continua a dar apoio aos seus programas provinciais em Niassa e Inhambane. Este compromisso dá o barómetro das realidades no terreno e fortalece o input da Irish Aid na implementação das políticas nacionais.

Um aspecto importante do CSP é a elaboração de um novo acordo de parceria com os governos de Niassa e Inhambane que articularão uma visão compartilhada incluindo os princípios da eficiência, responsabilidade e desenvolvimento participativo pró-pobre. Embora os governos provinciais continuem a ser os parceiros principais, a Irish Aid maximizará a contribuição da sociedade civil e as organizações do sector privado.

A Avaliação do CSP sublinhou a necessidade de uma ênfase mais contundente no trabalho da Irish Aid ao nível provincial. O apoio às províncias será reestruturado para garantir coerência entre os níveis nacionais e sub-nacionais e concentrar-se-á num número limitado de sectores em cada província. A Irish Aid também resolverá os constrangimentos de capacidade dos Governos provinciais.

Os programas provinciais dão pontos de entrada importantes ao apoiar o processo de descentralização e ao monitorar como ele funciona. A Irish Aid fortalecerá os novos papéis das autoridades provinciais para apoiar a gestão do distrito e a implementação dos orçamentos distritais. A Ajuda Irlandesa, através dos parceiros que implementam (p.e., IBIS), fortalecerão a capacidade das comunidades para se comprometerem efectivamente com o processo de descentralização em curso.

O apoio total para as duas províncias aumentará progressivamente de 5,96 milhões de euros em 2007 para 7,5 milhões de euros em 2010.

15 O Índice de Confiança para Negócios mede a percepção de uma amostra representativa de empresas nacionais e estrangeiras envolvidas na economia de Moçambique relativa ao grupo de factores que influenciam o ambiente de negócios.

## 3.8 Apoio ao Orçamento Geral (AOG)

*“O Apoio ao Orçamento Geral pode ser um meio eficaz de dar ajuda quando há boas condições ... os doadores devem planificar as suas actividades de modo a maximizarem a sua eficiência e eficácia, por exemplo, através de acordos comuns na planificação dos fundos.”*  
White Paper sobre a Ajuda Irlandesa 2006

Desde 2001 que a Irlanda dá uma Ajuda ao Programa (Apoio ao Orçamento Geral) a Moçambique. Esta aumentou de 14,3 milhões em 2001-2003 para 18 milhões de 2004-2006. Contudo, de acordo com a política da Irish Aid de manter uma mistura equilibrada de modalidades, propôs-se que a contribuição para o Apoio ao Orçamento Geral fique em aproximadamente 20% do orçamento, aumentando de 9 milhões em 2007 para 13,50 milhões em 2010. Neste CSP o período 2007-2010 está planificado para fornecer um total de 44 milhões. A redução em termos reais explica-se pela expansão geral do orçamento do país.

A importância do Apoio ao Orçamento Geral (AOG) como uma modalidade de ajuda a Moçambique continuou a aumentar. Em 2004 houve 15 doadores a dar apoio ao orçamento, mas este grupo agora expandiu-se para 19 (conhecido por G19), indicando a confiança geral que há nas estratégias de desenvolvimento de Moçambique. O nível dos fundos desembolsados aumentou acima dos 55% de 240 milhões de dólares em 2004 para 370 milhões de dólares em 2007. Esta avaliação conjunta OECD/DAC do AOG<sup>16</sup> concluiu que Moçambique representa um “caso de muito sucesso de colaboração doadores-governo e que o AOG contribuiu positivamente para as condições de crescimento económico e redução da pobreza”. Também se declara que o AOG teve um impacto positivo no desempenho macroeconómico; reduziu o custo de financiamento ao orçamento; melhorou a gestão das finanças públicas; reforçou a planificação e a orçamentação; melhorou o acesso a serviços, melhorou a harmonização dos doadores e o alinhamento e conseguiu a previsibilidade a curto prazo dos financiamentos dos doadores.

Durante o último CSP, o AOG apoiou a redução da pobreza e o crescimento económico do programa das despesas públicas, concentrando-se no melhoramento da eficiência nas despesas públicas e o fortalecimento da responsabilidade nacional. A ênfase neste CSP será em: promover a igualdade na atribuição de recursos; ajudar na publicação dos planos e orçamentos de modo que sejam acessíveis às pessoas locais; fortalecer a capacidade nacional para conduzir o processo do AOG e promover o prognóstico a médio prazo.

O princípio operacional para o mecanismo AOG está estabelecido no Memorandum de Entendimento assinado entre o Governo e os doadores em Abril de 2004. Isto dá para a Análise Conjunta anual do progresso da implementação do PARPA.

### 3.8.1 “Troika +” AOG

De Abril de 2007 a Março de 2010 a Irlanda será membro do grupo coordenador do AOG, a “Troika+”, um grupo de três doadores bilaterais, mais dois multilaterais, que juntamente representam os interesses do G19. Os outros membros da Troika são a Noruega e a Holanda, enquanto que a Comissão Europeia e o Banco Mundial representam agências multilaterais. Isto dará ao programa Irlandês, que dirige o compromisso, uma gestão, compreensão e input únicos para o diálogo político a alto nível.

Os membros do grupo assumem, rotativamente, o papel de líder. A Irlanda assume o papel de coordenador em Abril de 2008 por um período de doze meses. Como líder da Troika, a Irlanda coordenará o trabalho de todos os 29 grupos de trabalho envolvidos no AOG e na ajuda ao sector; inspeccionará a avaliação do desempenho e conduzirá os doadores no seu compromisso com o governo. A Análise Conjunta (que se realiza anualmente) dará uma avaliação em separado do desempenho do doador tendo em conta os Princípios de Paris sobre a harmonização e o alinhamento.

16 OECD/DAC Joint Evaluation of General Budget Support 1994-2004.

### 3.9 Programa Proposto pelo Pilar

	PARPA II			AOG e Apoio Provincial
	Pillar 1	Pillar 2	Pillar 3	
Área do Programa	Governance	Capital Humano	Desenvolvimento Económico	
<b>Apoio da Irlanda ao Governo</b>	<p>Continuação do apoio ao programa RSP do Governo.</p> <p>Contribuição para o programa nacional da descentralização dos fundos comuns quando forem fixados.</p>	<p>Aumento de apoio para os pacotes de ambos os sectores da Educação e da Saúde (adequado a tornar-se apoio ao orçamento do sector durante o período) e apoio moderado ao Fundo comum do CNS.</p>	<p>Continuação do apoio ao PROAGRI, dependente da análise pós 2008.</p>	Sector do Orçamento/Fundos
<b>Complementado por</b>	<p>Fundos para o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil.</p> <p>Outros fundos para a sociedade civil visada.</p>	<p>Apoio às duas redes principais do HIV/SIDA.</p> <p>Continuação da advocacia de uma maior participação da sociedade civil nos sectores.</p>	<p>Continuação do apoio à Technoserve.</p> <p>Fase final do apoio ao Halo Trust.</p>	Doações Individuais
<b>Posição da influência sobre o grupo de trabalho</b>	<p>Grupo actual que preside a RSP.</p>	<p>Presidente do GT do HIV/SIDA no sector da saúde.</p> <p>Presidente do Grupo M&amp;E no sector da Saúde.</p> <p>Presidente do GT do Género.</p>	<p>A ser decidido.</p>	







## 4. CSP de 2007–2010: Como trabalhará a Ajuda Irlandesa

A Irish Aid trabalha com um certo número de parceiros em Moçambique.

Os doadores estão comprometidos com os princípios da Declaração de Paris na harmonização, alinhamento, joint-ventures e caminhos eficazes e eficientes para a gestão da ajuda. Há um aumento da consciência sobre os custos elevados no Governo, e durante o período do CSP haverá um realinhamento por parte dos doadores em como eles podem organizar os recursos.

As parcerias dos sectores nas quais a Irish Aid está envolvida estão bem desenvolvidas e evoluem para operações do tipo apoio ao orçamento com um parceiro governamental, um plano, um fundo e uma monitoria e avaliação do processo. Especialistas em Desenvolvimento da Embaixada e Conselheiros Sectoriais participam em grupos de trabalho, especialmente da saúde, educação, agricultura, HIV/SIDA, reforma do sector público e descentralização.

Há uma relação bem desenvolvida entre o programa Irlandês e as autoridades em duas províncias, Niassa e Inhambane. Os programas provinciais existem há uma década. A presença do pessoal do programa nas capitais provinciais e as visitas regulares do pessoal à Embaixada em Maputo para ajuda a implementação do programa e dá testemunhos de valor sobre as questões no terreno para inputs a outros níveis.

Em ambas províncias e centralmente, a Irish Aid trabalha com doadores individuais para promover interesses compartilhados. Em Niassa, a Irish Aid trabalha estreitamente com a SIDA Sueca outro doador importante na província. Em Inhambane trabalha com a GTZ Alemã e com a CIDA Canadiana.

A Irish Aid também entrou em parceria com o DFID para o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil.

A Irish Aid trabalha com parceiros da sociedade civil apoiando nos seus objectivos, e em algumas instâncias com as ONGs que actuam como agentes da implementação. Por exemplo, o apoio financeiro é fornecido a organizações umbrella que trabalham na área do HIV/SIDA e os fundos foram dados ao MSF (Suíça) para fazer circular o tratamento do ARV em Niassa. Em Moçambique realizam-se reuniões trimestrais com os parceiros dos MAPS.

Para melhorar a coerência da parceria da Irlanda com as Nações Unidas, a Embaixada reporta duas vezes por ano as percepções e experiências da actividade das Nações Unidas ao nível do país, incluindo a operação UMA ONU.

A abordagem programática terá implicações na maneira como a Irish Aid trabalha internamente. As equipas serão criadas de modo a reflectirem os três pilares centrais do CSP. Além disso, para as actividades dos programas individuais os membros do pessoal trabalham com os membros da equipa do pilar e entre pilares para resolver as questões comuns. Isto fortalecerá o trabalho entre sectores e a abordagem da Irish Aid para as prioridades transversais.

## 5. Monitoria

Foi criado um quadro de monitoria que se baseia na Matriz de Desempenho Estratégico do PARPA e numa matriz de ajuda específica irlandesa que delinea as acções planificadas para cada uma das áreas pilar ao abrigo dos quatro objectivos do PSP.

A participação nos grupos de monitoria e avaliação (p.e., saúde e HIV/SIDA) oferece oportunidades à Irish Aid para apoiar sistemas melhorados de monitoria e de colecta de dados.

O quadro de monitoria para o PSP baseia-se no seguinte:

- > **Processos de monitoria do PARPA:** Monitorar a implementação e o impacto da estratégia de redução nacional da pobreza é um processo conjunto que envolve o Governo, os doadores e a sociedade civil. Isto baseia-se nas metas e indicadores identificados na Matriz Estratégica do PARPA. A Irish Aid participa e apoia os mecanismos para a implementação da monitoria do PARPA e das mudanças na pobreza em Moçambique.
- > **A monitoria conjunta com outros doadores:** A Irish Aid participa em conjunto nas actividades de monitoria com outros doadores, em particular, a nível sectorial e a nível provincial. Na saúde, na educação e na agricultura, assim como no Conselho Nacional para o SIDA, foi estabelecido um processo conjunto de análise doadores/governo e tem sido combinado com o processo de monitoria do PARPA. Este processo abrange visitas ao nível sub-nacional. Também nos seus programas provinciais, em combinação com os objectivos de eficácia da ajuda, a Irish Aid criou mecanismos de monitoria conjunta com outros operadores que operam em Niassa e Inhambane. Em Niassa a ASDI sueca e a Irish Aid têm consulta regulares com o governo.
- > **Indicadores específicos da Ajuda Irlandesa:** A Irish Aid seleccionou indicadores específicos no âmbito do objectivo estratégico para cada área do programa. Eles serão utilizados para medir o 'valor acrescentado' da Irish Aid no processo de desenvolvimento e medir o progresso nos seus objectivos estratégicos
- > **Criação de uma abordagem baseada em evidências:** A experiência até ao momento mostrou que a eficácia dos programas de monitoria do desenvolvimento em Moçambique é limitada pela escassez de informação fiável. A Irish Aid criará uma abordagem baseada em evidências e engajar-se-á no apoio a pesquisa e análise específicas para dar informação fiável com base na qual se pode avaliar o progresso.
- > **Planificação de Negócios e processo PMDS:** O quadro de monitoria para o PSP está estreitamente combinado e integrado no plano de negócios da embaixada e no processo PMDS. Eles constituem a base da planificação anual para todo o pessoal de desenvolvimento e o progresso será avaliado através do processo PMDS. O Plano de Negócios dará prioridade e sequência às metas do PSP em todo o programa e constituirá a base para as análises anuais de todo o progresso geral antes do relatório anual.

## 6. Gestão

A responsabilidade pela implementação do programa Moçambique é do Chefe da Missão apoiado pela equipa de gestão do desenvolvimento, que incluirá o Chefe do Desenvolvimento, os Especialistas em Desenvolvimento, o Segundo Secretário, os assessores, os gestores provinciais e o pessoal de apoio.

O papel do Segundo Secretário será integrado na equipa de desenvolvimento.

O Chefe das Finanças supervisionará todas as despesas. O auditor interno será responsável pela gestão e supervisão da auditoria dos fundos da Irish Aid desembolsados ao longo do programa. O auditor interno também desempenhará um papel no diálogo com os parceiros para o reforço da sua capacidade de gestão financeira.

Os programas provinciais terão cada um, um complemento em pessoal técnico de três oficiais baseados nas capitais provinciais: Um Coordenador do Programa, um oficial de monitoria e um contabilista.

## 7. Risco

O registo do risco que é actualizado regularmente, registará a evolução dos riscos no ambiente económico, político e social, dando informação sobre o contexto geral do programa de ajuda a nível do país.

Ao longo do período CSP, considera-se que os riscos principais para o sucesso do programa são:

- A. Fraca capacidade de implementação dos parceiros a todos os níveis.
- B. Deterioração no padrão de governação; falhas nas eleições
- C. Potencial violação (quer pelo GdM, quer dos doadores) dos princípios conforme detalhado no Memorando de Entendimento GBS
- D. O HIV/SIDA – a contrariar os ganhos redução da pobreza a nível nacional e diminuindo a capacidade de implementação da Irlanda.
- E. Vulnerabilidade aos desastres naturais.
- F. Incapacidade do Governo de resolver o problema da cultura de fraude endémica e corrupção

Calculámos o risco como sendo médio e elevado. A Irish Aid irá identificar e ter em consideração os factores, quer internos, quer externos que ameacem a eficiência e a eficácia da implementação do programa. A Irish Aid trabalhará estreitamente com outros parceiros do desenvolvimento para garantir que tenham lugar as medidas de mitigação. Serão utilizadas as estratégias de resposta conjunta serão utilizadas se necessário.

Para além disso, realizam-se reuniões formais nos sectores principais do engajamento envolvendo os Ministros e funcionários relevantes para avaliar o progresso e resolver as questões que se levantam. Os Especialistas em Desenvolvimento, os Assessores e o pessoal nas províncias usam os seus contactos com o governo, com os doadores, e outros parceiros (reuniões do sector, reuniões do orçamento, processos de análise anual, etc.) para manter o conhecimento sobre todos os desenvolvimentos.

## 8. O Orçamento

Descrição	Área	2007 €	2008 €	2009 €	2010 €	Total €
GBS	Apoio ao Orçamento Geral	9,000,000	10,000,000	11,500,000	13,500,000	44,000,000
	GBS Troika*	0	300,000	0	0	300,000
	<b>Sub-total</b>	<b>9,000,000</b>	<b>10,300,000</b>	<b>11,500,000</b>	<b>13,500,000</b>	<b>44,300,000</b>
Governação	PSR/Gov/Civil Society	1,830,000	2,100,000	2,700,000	2,900,000	9,530,000
	<b>Sub-total</b>	<b>1,830,000</b>	<b>2,100,000</b>	<b>2,700,000</b>	<b>2,900,000</b>	<b>9,530,000</b>
Capital humano	Saúde	3,500,000	5,000,000	6,500,000	8,500,000	23,500,000
	HIV/SIDA	1,960,000	2,250,000	2,500,000	2,750,000	9,460,000
	Educação	5,750,000	6,500,000	8,500,000	11,000,000	31,750,000
	<b>Sub-total</b>	<b>11,210,000</b>	<b>13,750,000</b>	<b>17,500,000</b>	<b>22,250,000</b>	<b>64,710,000</b>
Desenvolvimento Económico	Agricultura	1,950,000	2,000,000	2,000,000	2,000,000	7,950,000
	Des. Do sector privado.	500,000	800,000	1,500,000	1,500,000	4,300,000
	Desminagem	300,000	375,000	375,000		1,050,000
	<b>Sub-total</b>	<b>2,750,000</b>	<b>3,175,000</b>	<b>3,875,000</b>	<b>3,500,000</b>	<b>13,300,000</b>
Programas Provinciais	Inhambane e Niassa	5,960,000	6,500,000	7,000,000	7,500,000	26,960,000
	<b>Sub-total</b>	<b>5,960,000</b>	<b>6,500,000</b>	<b>7,000,000</b>	<b>7,500,000</b>	<b>26,960,000</b>
Desenvolvimento do Programa		250,000	250,000	250,000	250,000	1,000,000
	<b>Sub-total</b>	<b>250,000</b>	<b>250,000</b>	<b>250,000</b>	<b>250,000</b>	<b>1,000,000</b>
<b>Total do programa:</b>		<b>31,000,000</b>	<b>36,075,000</b>	<b>42,825,000</b>	<b>49,900,000</b>	<b>159,800,000</b>
Fundação Clinton:		12,000,000	12,000,000	12,000,000	12,000,000	48,000,000
<b>Total Geral:</b>		<b>43,000,000</b>	<b>48,075,000</b>	<b>54,825,000</b>	<b>61,900,000</b>	<b>207,800,000</b>

# Lista de Acrónimos

ABP	Area Based Programme (Programa com Base na Área).	DAF	Direcção de Administração e Finanças.	GDG	Gender Donor Group (Grupo de Doadores para o Género)
ADP	Accelerated Demining Programme (Programa Acelerado de Desminagem).	DAG	Direcção de Administração e Gestão.	GDP	Produto Interno Bruto
AMODER	Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural.	DANIDA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional.	GFATM	Global Fund for HIV/AIDS, TB, & Malaria (Fundo Global para o HIV/SIDA, Tuberculose e Malária).
ANFP	Autoridade Nacional da Função Pública.	DER	Direcção de Estradas Rurais.	GFP	Program Facilitation Group (Grupo de Facilitadores do Programa)
TAR	Terapia Anti-Retroviral.	DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional (G.B.).	GdM	Governo de Moçambique.
ARV	Antiretroviral (medicamento)	DNS	Direcção Nacional da Saúde.	GTZ	Agência Alemã para a Cooperação Técnica
ASDI	Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional.	DPA	Direcção Provincial de Agricultura.	HAI	Health Alliance International (Aliança Internacional para a Saúde)
BCI	Business Confidence Index (Índice de Confiança nos Negócios)	DPC	Direcção da Planificação e Cooperação.	HIPC	Heavily Indebted Poor Countries (Países Pobres Altamente Endividados)
CBO	Community Based Organisation (Organizações Comunitárias de Base) <sup>o</sup>	DPAC	Direcção Provincial de Apoio e Controlo.	HRD	Human Resource Development (Desenvolvimento de Recursos Humanos).
CCS	Sectoral Coordination Committee (Comité de Coordenação Sectorial).	DPE	Direcção Provincial de Educação.	IBIS	ONG Dinamarquesa.
CDC	Centre for Disease Control (Centro de Controlo das Doenças).	DPPF	Direcção Provincial do Plano e Finanças.	FMI	Fundo Monetário Internacional.
CIDA	Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional.	DPOPH	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação.	IND	Instituto Nacional de Desminagem.
CF	Clinton Foundation (Fundação Clinton).	DPS	Direcção Provincial da Saúde	INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades.
CFMP	MTEF de Moçambique.	DWG	Donor Working Group (Grupo de Trabalho dos Doadores).	JA	Joint Agreement. (Acordo Conjunto)
CIRESP	Inter-Ministerial Committee for PSR	EFA	Education for All (Educação para Todos)	JDR	Joint Donor Review (Análise Conjunta dos Doadores).
CNE	National Council for Elections	ESSP	Education Sector Strategic Plan (Plano Estratégico do Sector da Educação).	JR	Joint Review.(Análise Conjunta)
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA.	FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.	LDH	Liga dos Direitos Humanos.
COPA	Comité Paritário de Acompanhamento	FASE	Fundo de Apoio ao Sector da Educação.	LDP	Local Development programme (Programa de Desenvolvimento Local).
CP	Cooperating Partner (Parceiros da Cooperação.	FINNIDA	Agência Finlandesa para o Desenvolvimento Internacional.	MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
CSO	Civil Society Organisation (Organização da Sociedade Civil).	FMR	Financial Management Report	MAE	Ministério da Administração Estatal.
CSP	Country Strategy Paper (Paper da Estratégia do País).	FRELIMO	Partido Político no Poder	MAP	Multi-sectoral AIDS Program (WB).(Programa Multisectorial do Banco Mundial para o SIDA).
CTA	Chambers of Commerce and Industry Association (Associação das Câmaras do Comércio e da Indústria).	FOPROI	Fórum de ONGs de Inhambane	MDGs	Millennium Development Goals (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio).
		FTI	Fast Track Initiative for Education (Iniciativa da Via Rápida para a Educação)	MICOA	Ministério da Coordenação da Acção Ambiental.
		GAS	Water and Sanitation Working Group (Grupo de Trabalho para a Água e Saneamento)		

MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.	PEPFAR	President's (Bush) Emergency Plan for AIDS Relief (Plano de Emergência do Presidente(Bush) para o alívio do HIV)	SDC	Swiss Development Corporation (Corporação Suíça do Desenvolvimento)
MEC	Ministério da Educação e Cultura.			SIDA	Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional.
MISAU	Ministério da Saúde.				
MoH	Ministry of Health (Ministério da Saúde).	PER	Public Expenditure Review (Análise da Despesa Pública).	SIFAP	Sistema de Administração para a Administração Pública.
MoPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação).				
MdE	Memorando de Entendimento.	PES	Economic and Social Plan (Plano Económico e Social).	SIP	Sistema de Informação do Pessoal.
MPF	Ministério do Plano e Finanças.	PESS	Plano Estratégico do Sector de Saúde.	SISTAFE	Sistema de Administração Financeira (de Moçambique).
MTEF	Medium Term Expenditure Framework (Quadro de Despesa a Médio Prazo).	PFM	Public Finance Management (Gestão das Finanças Públicas)	STAE	Secretariado Técnico de Administração das Eleições.
NAC	National AIDS Council.(Conselho Nacional para o SIDA)	PIPS	Provincial Investment Plan for Health (Plano Provincial de Investimento para a Saúde).	SWAp	Sector Wide Approach for development (Abordagem Sectorial Abrangente para o Desenvolvimento).
ONG	Organização Não Governamental.	PIS	National Investment Plan for Health (Plano Nacional de Investimento para a Saúde).	AT	Assistência Técnica.
NORAD	Ajuda Norueguesa.			TdR	Termos de Referência.
OGE	Orçamento Geral do Estado.			TVET	Technical and Vocational Education and Training (Educação e Formação Técnica e Vocacional)
PA	Programme Aid (Ajuda ao Programa)	PO	Poverty Observatory (Observatório da Pobreza).		
PAAO	Plano Anual de Agricultura e Orçamento	PROAGRI	Programa de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector Agrícola.	UNDP	United Nations Development Programme (PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)
PAEG	Projects Appraisal and Evaluation Group (Grupo de Avaliação e Análise de Projectos)	PROSAUDE	Mecanismo de Financiamento Comum à Saúde.		
PAEI	Agrarian Policy and Implementation Strategy (Estratégia de Implementação da Política Agrária)	PRSC	Poverty Reduction Support Credit (WB) (Crédito de Apoio à Redução da Pobreza - - BM)	UNESCO	United Nations Education, Science, and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
PAF	Performance Assessment Framework (Quadro de Avaliação do Desempenho)	PRSP	Poverty Reduction Strategy Paper (Paper Estratégico da Redução da Pobreza)	UNICEF	United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
PAP	Programme Aid Partner (Parceiro de Ajuda ao Programa)	PSD	Private Sector Development (Desenvolvimento do Sector Privado).	UTRESP	Unidade Técnica para a Reforma do Sector Público)
PARPA	Programa de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta.	PSIA	Poverty and Social Impact Assessment (Avaliação do Impacto Social e Pobreza)	USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
PEM	Public Expenditure Management (Gestão da Despesa Pública)	PSR	Public Sector Reform (Reforma do Sector Público)	WB	Banco Mundial
PEN	National HIV/AIDS Strategic Plan (Plano Estratégico do HIV/SIDA)	RENAMO	Main Opposition Party (Resistência Nacional Moçambicana – principal partido da oposição))		
PEN-Saúde	HIV/AIDS Strategic Plan for Health Sector (Plano Estratégico do HIV/SIDA para a Saúde)	SADC	Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)		

## Crédito

Capa	Neil Cooper/Panos Pictures
Páginas 12-13	Penny Tweedie/Panos Pictures
Página 14	Irish Aid
Página 16	Irish Aid
Páginas 18-19	Irish Aid
Páginas 26-27	Irish Aid
Página 28	Irish Aid
Páginas 32-33	Andy Johnstone/Panos Pictures





Irish Aid  
Department of Foreign Affairs  
Bishops Square, Redmond Hill, Dublin 2

Irish Aid  
Department of Foreign Affairs  
106 O'Connell Street, Limerick

**t +353 (1) 408 2000 e [irishaid@dfa.ie](mailto:irishaid@dfa.ie) [www.irishaid.gov.ie](http://www.irishaid.gov.ie)**

